

Entre a “judaría interna”, a “pista salgada” e o “medo de se entregar”: Uma etnografia das representações de medo entre policiais militares do Estado do Rio de Janeiro¹

Leonardo dos Santos Ramos²

“Provisoriamente não cantaremos o amor,
que se refugiou mais abaixo dos subterrâneos.
Cantaremos o medo, que esteriliza os abraços,
não cantaremos o ódio, porque este não existe,
existe apenas o medo, nosso pai e nosso companheiro,
o medo grande dos sertões, dos mares, dos desertos,
o medo dos soldados, o medo das mães, o medo das igrejas,
cantaremos o medo dos ditadores, o medo dos democratas,
cantaremos o medo da morte e o medo de depois da morte.
Depois morreremos de medo
e sobre nossos túmulos nascerão flores amarelas e medrosas”.

(Carlos Drummond de Andrade – poema Congresso Internacional do medo)

RESUMO

Neste trabalho procura-se mostrar o caráter polissêmico da categoria “medo” na Polícia Militar do Rio de Janeiro, bem como pôr sob descrição etnográfica as múltiplas representações, símbolos e valores que perpassam o temor do policial. Perceber estas impressões – a partir da observação nativa – requer a transposição de muitos obstáculos, a começar pelo difícil exercício do estranhamento do familiar. O que não quer dizer que a familiarização com o objeto de pesquisa não permita certas vantagens epistemológicas. Como resultado, este trabalho, fruto de uma etnografia entre os policiais militares fluminenses, trouxe a lume os vários medos que assombram estes profissionais da segurança pública. Revelou, também, como o medo é acionado dentro de uma rede de controle e negociação simbólica, em que o subordinado sempre está “nas mãos” do superior hierárquico. Por fim, os dilemas, disputas e tramas mostrados nesta etnografia, servem para nos apontar para como, e por que, o policial militar está institucionalmente condenado a uma relação incestuosa entre medo, erro e punição.

Palavras-chave: Policia Militar, Medo, Punição Disciplinar, Erro.

ABSTRACT

In this work we try to show the polysemic character of the category "fear" in the Military Police of Rio de Janeiro, as well as to put under ethnographic description the

¹ Monografia de conclusão do Bacharelado em Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense defendida no ano de 2017. Foi orientador o professor Lenin Pires. Compuseram a banca na qual o trabalho foi aprovado as professoras Lucia Eilbaum e Flavia Medeiros.

² Bacharel em Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense; Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança da Universidade Federal Fluminense. Membro da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

multiple representations, symbols and values that permeate the fear of the police. Perceiving these impressions - from native observation - requires the transposition of many obstacles, beginning with the difficult exercise of strangeness of the familiar. This is not to say that familiarization with the research object does not allow certain epistemological advantages. As a result, this work, fruit of an ethnography among the military police of Rio de Janeiro, brought to light the various fears that haunt these public security professionals. He also revealed how fear is triggered within a network of symbolic control and negotiation, in which the subordinate is always "in the hands" of the hierarchical superior. Finally, the dilemmas, disputes and plots shown in this ethnography serve to point us to how, and why, the military police officer is institutionally condemned to an incestuous relationship between fear, error, and punishment

Keywords: Military Police, Fear, Disciplinary Punishment, Error

1. Introdução

Pode até parecer estranho, não convencional, mas faço questão de registrar que este trabalho não teria a introdução que se dá a partir de agora. A ponderação, bem como o medo, experimentado ao escrever o tópico 3 desta monografia, me fizeram retornar até aqui, no início, a fim de modificar personagens e ajustar relatos, com a finalidade de me poupar contra eventuais sanções disciplinares junto à minha instituição.

Portanto, esta descrição etnográfica começa assim...

Ainda em minha incipiente caminhada pela vasta, rica e misteriosa estrada da atividade etnográfica, aprendi algo que – segundo os mais experientes – é imprescindível ao exercício da pesquisa antropológica: Não forçar o campo, deixá-lo falar. E, a partir de então, observando este minucioso e importante detalhe, o meu objeto, logo no início desta pesquisa, foi se desdobrando, assumindo novos formatos, me trazendo revelações tão curiosas que decidi flexionar meu olhar para outra direção: não oposta, mas paralela. E, de certo modo, complementar à proposta original.

Antes de prosseguir, todavia, apresentarei contextos e relatos que julgo necessário para me situar etnograficamente.

Sou policial militar do Estado do Rio de Janeiro há quase sete anos e sempre atuei em Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). As UPPs são estruturas análogas aos batalhões tradicionais da Polícia Militar e foram implantadas em 2008 pelo governo do Rio de Janeiro, com o objetivo de “pacificar” algumas favelas da região metropolitana

através da ocupação permanente destes territórios. Para tanto, um perfil diferente se pretendia para estas unidades, por exemplo, dentre outros, a atuação orientada pela chamada “Filosofia de Polícia de Proximidade”³, assim como o uniforme diferenciado.

E foi justamente numa destas UPPs, no Morro da Providência, onde trabalhei pela primeira vez, que meu objeto de pesquisa nasceu.

A UPP Providência foi inaugurada em 26/04/2010. Foi instalada num prédio já existente, na rua Ebroíno Uruguai, 251, na região Central do Rio de Janeiro, onde divide o espaço com o SESI, um projeto privado que ministra cursos gratuitos para a comunidade. A unidade é comandada por um major de polícia, e conta com um efetivo de 209 militares.

Durante um dos meus plantões nesta unidade de polícia, minha guarnição⁴ ouviu um chamado pelo rádio transmissor: uma equipe de policiais havia sido atacada numa parte da favela. Direccionamo-nos ao local. Ao chegarmos ao lugar do conflito, incursionamos com cautela no terreno. Pois havia a expectativa do confronto se intensificar com a nossa entrada. Era o início da madrugada e as vielas estavam desertas. Ouvíamos apenas as vozes dos criminosos que bradavam, sem que identificássemos de onde vinham: “Vai morrer! Não tenta não, hein!” E o silêncio só era quebrado por estes gritos ameaçadores. A equipe estava muito tensa. E não era para menos: a maioria de nós éramos recém-formados. Sabíamos que a qualquer momento poderia se iniciar uma troca de tiros: e o pior, o ataque poderia partir de lugares diversos e inesperados. Eu me lembro de que a adrenalina naquele momento era tão forte que meu coração batia aceleradamente. A boca amargava.

Cada membro da patrulha era responsável por guarnecer uma direção: vanguarda, retaguarda, lados, janelas e lajes, haja vista a disposição labiríntica das vielas e casas imbricadas umas nas outras. Num determinado instante, olhei abruptamente para uma laje, numa percepção muito ligeira de que havia alguém lá, e vi o contorno de uma pessoa que aparecera na penumbra. Foi neste instante que, num reflexo, imediatamente apontei o fuzil para aquela direção e me preparei pra atirar no “inimigo”. Por muita sorte, numa fração de segundos, não cometi uma fatalidade: era

³ Segundo o Decreto 42.787/2011, que dispõe sobre a implantação, estrutura, atuação e funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora, no art. 1º prescreve que estas unidades se destinam a aplicar a filosofia de polícia de proximidade.

⁴ Equipe de policiais que trabalham juntos. Geralmente composta de 2, 4 ou 8 policiais, dependendo da modalidade do serviço.

uma criança curiosa, que aparecera repentinamente na laje para ver o que estava acontecendo. Gelei...

Este cenário me fez refletir muito sobre a liminaridade entre a ação legal, em legítima defesa, e a possibilidade do erro na ação policial. E foi em razão deste episódio que surgiu meu problema de pesquisa.

Nesta ocasião eu estava no 5º período do curso de graduação em Segurança Pública e Social, na Universidade Federal Fluminense, um curso essencialmente antropológico cuja ferramenta metodológica por excelência é a etnografia. Assim, meu problema de pesquisa estava definido: havia resolvido analisar o sentimento de medo, as crenças de perigo do policial militar fluminense, bem como as eventuais influências destes fenômenos na sua ação violenta. Para tanto, as discussões e o contato com autores que teorizam sobre violência, criminalidade, prática policial, sensação de medo e representações de perigo (BORGES, 2012; GRESSNER, 2003) me ajudaram muito na reflexão sobre objeto. Daí me surgiram perguntas que fizeram com que eu fosse ao campo encontrar respostas.

Fui ao campo. Nele, talvez como qualquer outro principiante etnógrafo, tive algumas decepções, mas que logo soube contornar. Isso, porque, ao entrevistar meus interlocutores, os policiais militares, eu esperava ouvir deles a reafirmação das minhas quase “certezas”. Um erro, etnograficamente falando.

Minha experiência empírica enquanto profissional policial militar, acumulada dia após dia, ocorrência após ocorrência, e acrescida dos “bizus dos mais antigos⁵”, me fez construir muitas destas “certezas”. E, talvez, este processo tenha se potencializado pelo fato de eu sempre trabalhar no Grupamento Tático de Polícia de Proximidade (GTPP)⁶, uma modalidade de serviço na UPP de caráter essencialmente repressivo. “Pra ser do GTPP tem que ser do combate⁷”, se diz. Inclusive, muitas vezes são selecionados egressos das Forças Armadas para comporem este grupamento. Percebe-se, após algum tempo trabalhando no GTPP, que boa parte da convicção que orienta as práticas do

⁵ “Bizu” é uma categoria comumente usada nas Forças Armadas e na Polícia Militar, e quer dizer orientação, dica, conselho. Já “bizurado” tem o sentido de esperto, sagaz, experiente. Desta forma, “bizu do mais antigo” quer dizer orientação dada pelo policial com mais tempo de profissão.

⁶ Grupamento composto, na maioria das vezes, por quatro ou cinco policiais em que, havendo disponibilidade de armamento, todos costumam usar fuzis. Neste grupo é muito raro trabalhar policial feminina.

⁷ Categoria comumente usada entre os policiais militares para se referir ao serviço de policiamento repressivo, que tem como elemento exponencial o enfrentamento ao tráfico de drogas. Esta e outras categorias nativas da Polícia Militar, que remetem à beligerância, são o reflexo de uma tradição militarista e combativa na qual está submersa esta instituição (SILVA, 2011).

policial militar é aprendida nas interações e meandros deste “combate”. Logo, vai se construindo um conjunto pragmático de representações e hábitos próprios do fazer policial: como o tirocínio que identifica o “ganso⁸” ao longe, a inquirição que imputa preliminarmente a culpa objetivando a confissão, e outras tantas expertises da “pista⁹”.

Minha pesquisa de campo, de certa maneira, buscava a confirmação de algo que eu pressupunha: o medo e a crença de que determinados lugares ou pessoas são perigosas, muito provavelmente têm alguma influência na ação violenta do policial militar. Essa era uma “verdade” que eu havia construído a partir do meu cotidiano, e eu esperava que o campo me certificasse disto.

Sendo assim, durante minhas entrevistas com os policiais, geralmente eu iniciava a conversa com as seguintes perguntas: “Do que o policial tem medo?” “Que tipo de lugar você considera perigoso?” “O medo faz com que o policial cometa erros?” Ou, “qual o perfil comportamental de uma pessoa que te sinaliza como uma ameaça?”. Enfim, para minha surpresa, o que obtive como resposta em campo não correspondeu às minhas expectativas originais. Eu entrevistei aproximadamente 20 policiais, entre praças e oficiais¹⁰. Quase todos responderam, de pronto, que não tinham medo da morte. Seus medos eram outros... Muito embora, em dado momento das conversas com os policiais, o temor da morte ficasse evidente.

Com estas perguntas eu pretendia estabelecer relação entre a representação de medo para o PM e a chamada “legítima defesa putativa”. Essa categoria jurídica, também chamada de “legítima defesa imaginária” (GRECO, 2011), é usada para denominar uma ação em legítima defesa contra aquele que se imagina enquanto algoz; não cabendo, ao autor da ação, nenhuma imputabilidade penal (FELIPPE, 2005).

Por fim, o que percebi foi que o campo me “traiu”. Ele contrariou minhas expectativas. Em outras palavras, eu tinha uma concepção formada, que se iniciou naquela noite assombrosa na favela da Providência, e foi se consolidando a partir de outras ocorrências policiais desastrosas que tinha notícia. Um exemplo emblemático que

⁸ “Ganso” é uma categoria própria das polícias civil e militar. Ela é usada tanto para aqueles que são considerados criminosos de fato, quanto para os “suspeitos”, “envolvidos”, ou ate mesmo os com determinados estereótipos.

⁹ “Pista” refere-se ao trabalho repressivo de rua. É o contrário do “serviço interno”, ou administrativo. Entretanto, pode denotar também a “rua”, a cidade.

¹⁰ As Polícias Militares, analogamente às Forças Armadas, têm seu quadro de pessoal dividido em praças e oficiais. Segundo a Lei 443 de julho de 1981, que dispõe sobre o estatuto dos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro, aos oficiais (tenentes, capitães, majores, tenentes-coronéis e coronéis) é destinada a função de comando, chefia e direção; já os praças (soldados, cabos, sargentos e subtenentes), por sua vez, deverão ser empregados na execução das tarefas.

exemplifica meu objeto foi o ocorrido com o policial do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), ao matar um homem por engano. O cabo Leonardo Albarello, durante uma operação numa favela da zona norte do Rio, em 2010, atirou em Hélio Ribeiro, que estava sobre uma laje, com uma furadeira na mão, trabalhando. Segundo os relatos, o militar confundiu a ferramenta com uma submetralhadora. Ele foi absolvido com base na “legítima defesa putativa”.

Esse caso trágico, bem como outros relatos de mesma natureza que tive conhecimento, me fizeram acreditar que muitos policiais militares, dadas as circunstâncias de constantes confrontos e os riscos inerentes à profissão, são levados a cometer erros. Minha hipótese era que muitas ocorrências desastrosas, como a do cabo Leonardo, seriam motivadas pelo sentimento de medo ou representações de perigo que certas circunstâncias e locais provocariam.

As respostas que obtive não me fizeram negar completamente minha hipótese. Alguns interlocutores me disseram que certos locais na cidade e algumas atitudes de pessoas acendiam uma espécie de “luz de alerta” neles. Isso potencializaria uma ação reativa violenta. Contudo, algumas respostas do campo me fizeram (des)fixar o olhar sobre o objeto “medo *versus* reação violenta” e atentar para as múltiplas representações do medo e os diversos contextos que lhes dão sentido. Sendo assim, preferi me deter à análise destas últimas, haja vista as curiosas revelações que a etnografia me mostrou. Quanto ao primeiro objeto, portanto, resolvi reservá-lo para searas acadêmicas subsequentes.

O que me foi dito, não dito, e até mesmo desdito, portanto, me mostrou que o medo é um fenômeno institucionalmente estruturante na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). E não só isso. Mas que estes medos diziam muito sobre a cultura da instituição, suas práticas e hábitos. Neste trabalho etnográfico, por conseguinte, pretendo mostrar pelas narrativas, histórias, exemplos pessoais e impressões o universo simbólico dos diferentes medos que assombram o policial militar. Bem como as tramas e lógicas relacionais que não apenas originam, mas se favorecem do medo.

2. O “Bonde do Liberdade”¹¹: de temido a temente

Assim que o soldado Liberdade se formou policial, em 2012, foi trabalhar na UPP Providência. Foram muitos anos consecutivos operando no policiamento repressivo, o chamado GTPP. Liberdade me confidenciou o quanto o *ethos* guerreiro (MUNIZ, 1999) lhe era afluído assim que começou a trabalhar na Unidade; estilo que, com o tempo, foi se moderando. Segundo ele, o fato de ser oriundo das Forças Armadas pode ter contribuído bastante para este hábito. “Minha vontade era ser temido pelos gansos”, dizia ele. E Liberdade fazia jus a esta pretensão.

Todos os bandidos e “simpatizantes”¹² sabiam quem era o “Seu Liberdade” (supressão gramatical de “Senhor Liberdade”), pois assim era conhecido no morro. Ele dizia acreditar que sua performance, durante o serviço policial, contribuía muito para a construção imagética deste “guerreiro”. Liberdade era o que na PM costumamos categorizar como o “pica das galáxias”¹³: joelheira, luva, faca pendurado na cintura, “cabelo reco” (corte militar), “sete meia dois” (fuzil automático leve – FAL, calibre 7,62 mm) atravessado no peito e “postura de caçador”¹⁴. Ele queria causar temor e respeito dentro da favela, assim como impressionar seus pares. E conseguia.

Seu GTPP era um dos que mais fazia ocorrências com prisões e apreensões de drogas. E, para tal, eles faziam as mais diversas manobras, como por exemplo chegar à “boca de fumo”¹⁵ abruptamente e pegar “a boca formada”¹⁶. “Geral pegava o ônibus num lugar longe da favela. Mandava o motorista apagar as luzes, e geral ficava abaixado. Quando chegava em frente à ‘boca’, a gente mandava o motorista abrir a porta. Pegava o “visão”¹⁷ de surpresa (risos). Já segurava ele ali e entrava na boca de

¹¹ Os reais nomes dos policiais militares que constam nesta etnografia, tanto interlocutores diretos, quanto os usados como exemplo, serão substituídos por codinomes, a fim de resguardar o anonimato.

¹² A categoria “simpatizante” se refere àquele que é visto, frequentemente, próximo ao grupo daqueles que trabalham para o tráfico. Bem como, muitas vezes, é usado para denominar parentes dos criminosos. “Simpatizante” é uma categoria extremamente estigmatizante, haja vista que aquele que recebe este rótulo necessariamente não precisa ter cometido crime algum. Numa gradação crescente de incriminação, o “simpatizante” precede o “envolvido”.

¹³ Serve para denominar aquilo que é impressionante, inusitado, que está acima do padrão. Em se referindo ao policial, denota valentia, brabeza, destreza, etc.

¹⁴ Denota postura atenta e pronta para uma eventual reação. Significa também atitude que expressa supremacia tática.

¹⁵ Local onde se vende a varejo a droga.

¹⁶ Momento em que se inicia a venda de drogas na “boca”.

¹⁷ Pessoa posicionada em local estratégico que possibilite avisar com antecedência a chegada da polícia aos pontos de venda de drogas, ou informar sobre incursões em favelas.

bicho¹⁸”, disse ele numa das entrevistas. Além de dentro de ônibus, a equipe de Liberdade também incursionava nos pontos de venda de drogas vindo pendurados atrás de caminhões de entulhos, até mesmo em caminhões de lixo. “Durante o nosso plantão, ou as bocas não abriam ou a visão tinha que ficar na atividade. Senão, o bote era certo (risos). Isso quando a gente não metia um Tróia”, disse ele.

Este artifício – o “Tróia¹⁹” – consiste em um determinado número de policiais entrarem em certo lugar, geralmente dentro da favela ou “bocas de fumo”, e uma fração deste grupo sair logo após, se fazendo acreditar que todos saíram. Depois de algum tempo, às vezes horas, quando a “boca” formava novamente, a fração que estava escondida aciona o restante da equipe para o apoio, sai do esconderijo e prende todos os envolvidos na comercialização. Geralmente era o Liberdade quem planejava estas operações, assim como era voluntário para estar no “Tróia”. “A sensação quando a gente pegava o ganso e a carga²⁰ era como a conquista de um troféu”, dizia Liberdade. Ele sabia que aquelas ações arriscadas e corajosas o colocavam num lugar de prestígio entre a tropa, bem como numa posição de temido entre os criminosos.

Conforme o tempo foi passando as UPPs deixaram de receber investimentos do Governo. Logo, o projeto perdeu força institucional e prestígio, conseqüentemente perdeu controle territorial: os policiais, de “caçadores”, passaram a assumir uma postura mais defensiva, muitas vezes, a de “caça”. A preocupação, a partir de então, já não era mais a de confrontar o tráfico, mas, sim, de se manter vivo e ir embora para casa ao término do plantão. “O bizu é tirar o serviço e chegar vivo em casa”, ouvia-se muito. E era assim, pois, os traficantes se reorganizaram e restabeleceram o domínio do terreno de tal maneira que em muitas UPPs o policiamento se limita a transitar apenas pelo trajeto para ir e vir das bases. Caso contrário, o confronto era certo. Sem contar que a debilidade institucional punha as unidades em completa fragilidade operativa: o efetivo foi consideravelmente reduzido, não havia armamento adequado e suficiente, as viaturas estavam quase todas inoperantes, não havia munições para repor o uso, dentre outras deficiências.

¹⁸ “Entrar de bicho” significa entrar rápida e violentamente.

¹⁹ Faz alusão ao “Cavalo de Tróia”, um dos principais símbolos da estratégia grega para derrotar os troianos, no século XII a.C. Nesta guerra, os gregos, numa dissimulada atitude de rendição, presentearam os troianos com um grande cavalo de madeira. Mas dentro do espaço interior do presente havia muitos gregos que, ao acessarem o interior da cidade inimiga sem nenhuma resistência, atacaram os opositores.

²⁰ Sacos como aproximadamente 200 a 1000 papelotes menores contendo cocaína, crack ou maconha, que eram distribuídos para a venda nos pontos de venda.

Mas ainda assim, a despeito de todos estes impedimentos que faziam com que os policiais atuassem limitadamente, eu continuava percebendo o quanto a reverência formada em torno da figura de Liberdade era forte. E ele mesmo reconhecia isso. Certa vez, segundo ele, num patrulhamento de rotina junto com seu GTPP, pelas ruas adjacentes à Providência, eles passaram por um ponto de venda de drogas, na Rua Do Livramento. Há muito tempo o ritmo de atuação dos policiais havia mudado e já não era prudente o conflito com os traficantes, dada as debilidades institucionais já mencionadas. “A gente só tava passando. Só queria passar, mais nada. A gente sabia que ali tinha uma boca, mais os caras estavam pesadão²¹. Assim que a viatura passou eu ouvi alguém gritar: É o bonde²² do Liberdade!”, me confidenciou ele, com expressão de orgulho.

3. As facilidades e dificuldades do campo

O acesso ao campo de pesquisa não me foi um problema. Como trabalho na Polícia Militar, conversar com policiais era o que mais fazia. Comecei a fazer anotações sobre o tema aproximadamente com um ano de antecedência do mês de entrega do trabalho de conclusão de curso (TCC). Assim, comprei uma caderneta para anotações, e todos os plantões, que eram de 24 horas, eu aproveitava para entrevistar os colegas e revisar bibliografias sobre o assunto. Para onde eu iria, nos horários livres em que estava na base da UPP, eu levava minha “cadernetinha ameaçadora”: “Esse livrinho do Ramos²³ ainda vai prender muita gente!” Brincou um colega que eu havia entrevistado, e que sempre observava eu entrevistar outros militares.

A maioria das minhas entrevistas ocorreram na base da UPP Providência, na Rua Ebroíno Uruguai, nº 251, bairro Santo Cristo, Rio de Janeiro. As conversas de davam geralmente nos intervalos do almoço ou nos horários do meu descanso. Alguns encontros, contudo, ocorreram no 5º Batalhão da Polícia Militar, na Praça da Harmonia, bairro da Gamboa, onde nós trocávamos de roupa e pegávamos o armamento, antes de

²¹ Quer dizer estar bem armado, geralmente portando fuzil.

²² Em referência à guarnição, ao GTPP que o SD Liberdade fazia parte.

²³ Nome de guerra ou de escala. Para cada militar é atribuído um nome, que é parte do seu real nome, pelo qual é conhecido na caserna. Parece-me que é uma maneira de se desvincilhar da identidade civil e assumir uma nova identidade, a militar.

subirmos ao morro, que ficava a 500 metros dali. Como a UPP Providência é ligada administrativamente a este batalhão, tínhamos acesso liberado a suas instalações.

Sempre antecedia as entrevistas falando sobre meu objeto de estudo e alertando que, de tudo que fosse falado ali, caso eu usasse alguma coisa no meu texto final, eu manteria o anonimato do interlocutor. Dessa maneira, deixar bem resolvido esta questão era imprescindível, caso esperasse relatos minimamente originais e espontâneos. Mas à frente explicarei o porquê.

A maioria dos meus companheiros de trabalho sabia que eu era graduando em Segurança Pública pela UFF, o que me rendeu alguns estigmas e momentos de gozação entre a tropa. Pois, uma vez que meu curso era essencialmente um curso em Ciências Sociais, foi inevitável que o contato com vários teóricos deste ramo do saber, e as discussões em sala de aula, não me fizessem ter uma leitura sócio-anropológica de determinados assuntos nos bate-papos informais durante o serviço. Em muitos momentos eu tinha que me controlar, a fim de não problematizar determinado assunto e estragar toda a graça da conversa. Não queria ser alguém indesejado no grupo. Tinha que saber separar o PM do acadêmico. Não que haja, de modo geral, incompatibilidade entre ser policial e ser acadêmico; mas, minha experiência, especificamente, me trouxe certo desconforto e atrito.

Eu tinha algumas opiniões definidas sobre determinados assuntos, muitas vezes destoando da opinião de outros camaradas de trabalho. O proibicionismo das drogas era um exemplo. Eu insistia que proibir as drogas trazia tantos efeitos colaterais trágicos para a sociedade, que talvez fosse razoável pensarmos políticas públicas que regulamentasse o seu uso. O problema é que este pensamento é praticamente uma heresia no meio policial militar. A impolidez com que muitos colegas tratavam o chamado “paisano²⁴” era um outro ponto que chamava muito a minha atenção. Era patente a imposição moral e hierárquica – e por conseguinte o desprestígio – pela qual se estabelecia a relação entre o policial e o policiado, o cidadão civil.

Por conta destes embates, e outros mais, passaram a me chamar de “sociólogo²⁵”, quando não de “Freixo”, numa alusão ao deputado estadual fluminense

²⁴ Refere-se ao não militar. Entretanto, também é usado para denominar, generalizadamente, o policiado.

²⁵ No meio policial há certo preconceito com quem se diz “sociólogo”, principalmente quando este se propõe a discutir ou opinar sobre assuntos relacionados às práticas policiais, ou à criminalidade, o que vem acontecendo frequentemente na mídia nos últimos anos. Na representação da maioria dos policiais com os quais tenho contato, só quem é legítimo para falar sobre “coisas de polícia” é o policial. Neste sentido, chamar de “sociólogo” pode denotar escárnio ou depreciação, assim como o termo “policiólogo”.

do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Marcelo Freixo. “Ramos, você tá muito mudado depois que entrou pra UFF. Naquela faculdade cheia de ‘ganso’, você deve tá até apertando um baseado²⁶ também”, julgavam alguns. Minha reação era rir. Meus amigos queriam me fazer um desviante (BECKER, 2009).

Mas, ao mesmo tempo em que pretendiam isso, penso que eles ainda me viam como um deles, alguém igual, não um “outro”. Alguém que, talvez, após tais medidas estigmatizantes e com pretensões restaurativas (GOFFMAM, 1978), se constrangesse e voltasse às antigas crenças e práticas; afinal, eu era um PM. Afinal, tal como se faz ao “herege”, que insiste em se afastar da realidade posta como oficial (BERGER; LUCKMANN, 2014), meus pares pretendiam ter o antigo “Ramos” de volta.

Portanto, embora sendo um “sociólogo” (no sentido pejorativo do termo), continuava sendo fácil para mim colher informações valiosas e ouvir relatos espontâneos da tropa. Eles se sentiam tão à vontade em me responder as perguntas e compartilhar experiências que, em muitos momentos, eu tinha que forçar a interrupção da entrevista. Era notório o forte ânimo dos policiais em falar, quando o assunto era suas práticas. Aproveitava, também, para fazer muitas críticas quanto às rotinas internas e confidenciar experiências incontáveis, caso não fosse um deles. De fato, confirmava-se o ditado jocoso entre a tropa de que o “polícia é carente”.

Esta facilidade que tive para acessar o campo me fez lembrar das dificuldades que Evans-Pritchard teve entre os Nuer. Como estudante de Segurança Pública, aluno da UFF, e com a agravante de “apoiar maconheiro”, certamente se não fosse PM passaria pelas mesmas dificuldades que Pritchard passou, conforme se pode constatar em seus relatos:

Quando eu estava em um campo de criação de gado, fazia-o não somente na qualidade de estrangeiro, como também na qualidade de inimigo, e eles (os Nuers) pouco esforço faziam para disfarçar a aversão à minha presença, recusando-se a responder a minhas saudações e chegando mesmo a dar-me as costas quando me dirigia a eles. [...] Minhas tentativas de prosseguir na pesquisa eram persistentemente impedidas (1993, pp. 17, 18).

A resistência enfrentada por esse antropólogo, ao entrevistar seus interlocutores nilotas, realmente foi impressionante. Nas minhas entrevistas de campo, muito diferente

²⁶ Cigarro de maconha.

da “sabotagem” (1993, p. 18) sofrida por ele ao entrevistar os Nuers, os policiais faziam questão de me responderem todas as perguntas e contarem suas aventuras e ocorrências.

Contudo, achar que ser nativo traz somente facilidades é um equívoco. Isto porque ao escrever sobre nossas próprias práticas, valores, ideologias e representações é um desafio traiçoeiro. Pois, estar próximo demais do objeto nos dá uma visão limitada do mesmo, ainda que acreditemos que o vemos na totalidade. Daí se faz necessário um afastamento do objeto, um distanciamento, que segundo Gilberto Velho (1987) se dá com o exercício do “estranhamento”. E, segundo este autor, a manobra de se estranhar o familiar é uma ferramenta imprescindível na investigação antropológica. Por outro lado, há de se dizer, ainda mais numa instituição de rígidas certezas e dogmas como a PMERJ, do quanto esse processo é esquizofrênico e doloroso (KANT DE LIMA, 2011).

Ora, pretender comunicar ao não-nativo os significados do universo que nos é familiar – confesso – é uma tarefa difícil. Embora já desenvolvesse, em decorrência da reflexão etnográfica, razoável exercício de desnaturalização das práticas. Ainda assim as chances eram muitas de não se alcançar o afastamento necessário, a ponto de se conseguir correspondência no exótico para explicar o familiar. Ou pior: havia o risco de, involuntária e imperceptivelmente, se dar conotações imprecisas, a coisas do meu próprio universo simbólico (BERGER; LUCKMANN, 2014), na tentativa de interlocução com o leitor estranho a este universo. Ora, se “as categorias do pensamento são tributárias das categorias linguísticas” (LE BRETON, 2009, p. 10), ou seja, se os homens pensam através da língua, eis aí uma considerável dificuldade intercultural de comunicação. Pois, tentar compreender as representações e emoções simplesmente pelo exame léxico – uma vez que cada cultura tem vocabulário próprio – pode ser uma armadilha.

Malinowski, em “A vida sexual dos selvagens”, uma obra clássica da Antropologia, expressou desafio análogo ao etnografar os trobriandeses. Segundo ele:

[...] para explicar fatos estranhos, é necessário traduzi-los primeiramente em fatos que nos sejam familiares. Em suas observações, o antropólogo deve esforçar-se para compreender o nativo através de sua própria psicologia, e precisa construir a imagem de uma cultura estrangeira com base em elementos daquela a que pertence, bem como de outras que conhece na teoria e na prática. Toda a dificuldade e a arte do trabalho de campo sociológico consiste em partir desses elementos que são familiares na cultura estrangeira e ir aos poucos configurando o estrangeiro em um esquema compreensível (1982, p. 22).

Guardadas as devidas – e modestas – similaridades aos desafios metodológico, tanto enfrentados por Evans-Pritchard quanto por Bronislaw Malinowski, ambos precursores do saber antropológico, a minha etnografia, especificamente na particularidade já citada, teve um diferencial curioso ao trabalho dos dois. Isto porque, pelo fato do meu campo de pesquisa ser o próprio lugar da minha vivência profissional, quase tudo ali me era familiar. Assim, eu teria de fazer o exercício inverso ao feito pelos dois renomados antropólogos do início do século XX. Eu tinha que exotizar o familiar (VELHO, 1987): isto é, tornar exótico símbolos, falas, significados e valores, a fim de me fazer entender ao leitor externo àquela realidade.

Duas outras questões se fazem pertinentes mencionar, ainda se falando dos desafios do trabalho de campo. A primeira, diz respeito ao extremo cuidado que tive com as eventuais implicações disciplinares que meu texto poderia trazer. Afinal, não poderia deixar de observar os regimentos e normas institucionais as quais estou subordinado como militar. A segunda se refere à necessidade de usar várias vezes categorias nativas pra dizer coisas que, de outra maneira, não conseguiria expressar o sentido adequado. Logo, de antemão, advirto sobre as possíveis interrupções na leitura por necessidade de se recorrer às notas de rodapé.

Ser policial militar e ao mesmo tempo se enveredar pelo mundo acadêmico traz alguns percalços. Principalmente pela natureza destes dois campos. O primeiro é regido por regulamentos disciplinares rígidos e arcaicos, publicados na década de 1980, e que vigoram até hoje. Neles, a exemplo das 125 transgressões disciplinares elencadas no Regulamento Disciplinar da Polícia Militar - RDPM (DECRETOS ESTADUAIS, 2017) de 1983, se percebe o quanto o intento ameaçador, culpabilizante e punitivo precede a lógica pedagógica de conscientização, responsabilização e consequente adequação das práticas.

Uma das minhas preocupações durante todo meu trabalho de campo era como eu iria relatar algumas falas. Eram confidências de excessos e ilegalidades praticados durante o serviço policial dos meus interlocutores. Práticas estas que, quando muito percebidas como ilegais, não eram consideradas reprováveis. Costuma-se dizer que são coisas que “faz parte do jogo”, “são coisas de polícia”: como se houvesse uma autorização institucional, mas sobre tudo social, de forma tácita que legitimava tais práticas.

Assim, meu trabalho de campo tornou-se, do ponto de vista disciplinar institucional, um grande problema. Pois, segundo o regulamento, eu estaria obrigado a participar os fatos contra a disciplina aos meus superiores hierárquicos. Mas, como ignorar aquelas narrativas? A etnografia perderia muito com as omissões. Portanto, de um lado estava o medo de transgredir o regulamento; de outro, a sedução por narrar histórias e depoimentos fantásticos. Para que se mensure a dimensão da minha inquietude, segue a descrição dos tópicos 6 e 7 do RDPM, ao considerar transgressão à disciplina:

- 6) Não levar faltas ou irregularidades que presenciarem, ou de que tiver ciência e não lhe couber reprimir, ao conhecimento de autoridade competente, no mais curto prazo;
- 7) Publicar ou contribuir para que sejam publicados fatos, documentos ou assuntos policiais – militares que possam concorrer para desprestígio da Corporação ou firam a disciplina ou a segurança;

Ou seja, somente por esses dois tópicos a instituição já poderia instaurar uma sindicância interna, culminado até o previsto no artigo 31 do referido regulamento; isto é, em “licenciamento e exclusão à bem da disciplina” (DECRETOS ESTADUAIS, 2017). Eu precisava, pelo menos, amenizar os riscos. E foi exatamente isso que eu fiz...

Mas, apesar do muito cuidado que precisei ter durante minha escrita, eu tive sorte em muitos momentos. Explico. Durante meu trabalho de campo reencontrei um amigo, ex-policia, cujo nome chamarei de cabo Devaneio. Estudante de Ciências Sociais, Devaneio, coincidentemente também desenvolvia uma pesquisa etnográfica que dialogava com meu objeto. Ele, embora excluído da Polícia Militar por transgredir o “pundonor policial-militar” – transgressão prevista no art. 31, §1º e inciso 1 do RDPM – continuava tendo bom relacionamento com alguns policiais. Éramos muito amigos, e grande parte do que ele havia registrado, em sua pesquisa de campo entre os militares, me serviu enquanto dado etnográfico.

4. Algumas considerações sobre o medo

A capacidade de sentir medo é algo inato à natureza humana. A variante é que ele é sentido de maneiras diferentes e tem lógicas distintas, a depender de fatores históricos e culturais (COELHO; REZENDE, 2010). Outra especificidade deste

sentimento, indicada por Zygmunt Bauman (2008, p. 74), é que “o medo e o mal são irmãos siameses. Não se pode encontrar um deles separado do outro”. E Bauman parece ter acertado em sua teoria: visto que é comum se ouvir, entre os policiais militares, que “o polícia ²⁷só é respeitado pelo mal que ele pode causar”.

Alguns autores vêm escrevendo, já há algum tempo, sobre as interlocuções e complementaridades existentes entre medo e violência, estereótipos e violência, medo e segregação social, bem como a articulação desses fenômenos com políticas e práticas institucionais arbitrárias. Além de abordarem as múltiplas representações, causas e manifestações do medo nas relações cidadinas (BATISTA, 2014; BORGES, 2011; DOUGLAS, 2012; HOLLOWAY, 1997).

O medo é mais intenso quando ele é disperso, pulverizado, flutuante, sem endereço, iminente e ao mesmo tempo invisível, improvável (BAUMAN, 2008). Quando ele é assim, assombrando pela incerteza da aparição, o medo se torna bem pior. Também, segundo Bauman (2008, p. 74) “Diferentemente dos outros animais, cujos medos são de primeiro grau, os dos homens são de segundo grau. Nos homens o medo recebe uma reciclagem que se dá sócio-culturalmente”.

Para Bauman (2008), “medo de segundo grau” é se sentir suscetível ao perigo, à vulnerabilidade. Na contemporaneidade, segundo ele, o medo tem uma tríplice ramificação: o medo produzido pela ameaça ao corpo ou propriedade; medo, enquanto ameaça à ordem social; e medo da ameaça à posição da pessoa no mundo (posição de hierarquia social).

Já para Doriam Borges (2011), uma forma particular de medo hoje é a “cultura narcísica da violência”, cuja nutrição se dá pelo descrédito na resolução dos conflitos pela lei e por uma visão fatalística do futuro. Falas como: “daqui pra frente, a tendência é piorar”, “se não fizermos nada, onde iremos chegar?” são manifestações de descrença no futuro e nas instituições de controle, reforçadas pelo sentimento de medo, que fazem surgir uma “fala do crime”; ou seja, faz com que o crime e a violência sejam assuntos corriqueiros e disputados no cotidiano.

Outro autor que aborda a questão do medo, apontando para seus reflexos na violência e no controle social seletivo, é Vera Malaguti Batista (2014). Para ela, a representação de medo que se cria em torno de determinados grupos sociais e sobre certos lugares, atende a um interesse de dominação e de controle de dominadores sobre

²⁷ É muito comum usar o termo “o polícia” referindo-se ao policial.

dominados. Assim como Malaguti, Mary Douglas (2012) salienta a polarização social entre as noções de “puro e impuro”, e mostra como o ideal de pureza da pós-modernidade passa pela criminalização dos problemas sociais.

Numa análise mais antropológica do medo, se pode dizer que ele serve enquanto mecanismo produtor de autocontrole, por ocasião do processo de socialização do indivíduo. Sendo assim, “o medo é um canal de transmissão das estruturas sociais à estrutura psicológica do indivíduo” (COELHO; REZENDE, 2010, p. 33), um meio de transmissão de valores e normas, de geração em geração, pela ameaça e punições. Já para David Le Breton (2009), o medo, enquanto uma emoção, é atenuado ou dissimulado a depender da influência do grupo. Segundo ele:

As emoções nascem, crescem e se apagam num ambiente humano que as reforça ou modera de acordo com o abalo que recebem. O sofrimento é expresso livremente diante dos familiares, porém contido diante daqueles que nós mal conhecemos ou diante da multidão indiferente que passa nas ruas. [...] O medo pode desaparecer ou ser dissimulado caso o outro não compartilhe os mesmos sentimentos; contudo, ele poderá aumentar abrasando-se como pânico, caso aquele os demais também o sintam. O grupo é o terreno fértil das emoções, onde se desenvolvem ao máximo (LE BRETON, 2009, p. 163, 164).

5. As primeiras entrevistas: quando o campo me desvia para outros caminhos

Minhas primeiras anotações se deram a partir da entrevista com uma “Fem” – como é chamada a policial militar feminina – em março de 2017, na base da UPP Providência. Vou chamá-la de SD Fernanda. Essa interlocutora tinha 33 anos de idade, 3 anos na polícia, e morava no interior do Estado. O policial que mora nessa região, o vulgarmente chamado “residente”, por se originar de local com baixos índices de criminalidade, é visto com certo preconceito pelos policiais da região metropolitana: “Não são de bala²⁸!”, se diz, numa referência ao serviço pacato e tranquilo que geralmente se vê no interior do Estado.

Eu havia pré-estabelecido 8 perguntas, e com elas eu queria ratificar minha “hipótese”: a de que o policial muitas vezes era violento em razão do medo ou da perspectiva de perigo. Antes da conversa eu dizia que era estudante de Segurança Pública da UFF, que estava estudando os medos policiais, e que aquela era uma

²⁸ Significa não ter experiência no confronto armado.

pesquisa de conclusão de curso. Eu havia estruturado um questionário, a saber: Pergunta 01 – Quanto tempo você tem na polícia, qual é sua idade, onde você mora? Pergunta 02 – Trabalhou em quais batalhões? Pergunta 03 – Em que sua rotina mudou após sua entrada na PM? Pergunta 04 – O que é um lugar perigoso para você? Pergunta 05 – Dê alguns exemplos de lugares perigosos no Rio de Janeiro. Pergunta 06 – Dê o exemplo de uma situação suspeita de potencial oferecimento de perigo. Pergunta 08 – Você considera que sua atual função na instituição te oferece risco?

Com estas perguntas eu pretendia, por exemplo, traçar um paralelo de percepções. Pretendia pôr em perspectiva os policiais antigos e policiais novos, do mesmo modo os que trabalharam em batalhões mais operativos e os que sempre trabalharam em unidades com menos conflitos armados. Procurava, ademais, perceber quais mudanças poderiam ter acontecido com esse profissional, no que tange ao sentimento de medo, ao entrar na PM. Buscava, bem como, perceber as diversas representações de lugares, situações e pessoas perigosas. E, por fim, queria compreender se o policial que trabalhava em funções administrativas, e não no serviço de rua, sentia os mesmos medos do policial “da pista”, ou seja, do serviço ostensivo e/ou repressivo.

SD Fernanda só havia trabalhado naquela unidade, na UPP Providência. Ela disse que assim que entrou na polícia passou a ver os amigos de sua cidade de outra forma. Segundo disse, “eles não iriam ser mais meus amigos...”. Disse, também, que não frequentava mais os lugares que costumava ir. Mostrou indignação em afirmar que “as pessoas tem a visão que a PM é corrupta”. Fernanda disse que a vida policial a deixou mais observadora e com a percepção que a qualquer hora pode ser uma vítima da violência.

Disse que não considerava o lugar onde morava perigoso, “embora seja mais ou menos uma favela”, ponderou. Sobre os lugares que lhe inspirava perigo, disse: lugares que é escuro, ou que não lhe é familiar. Perguntada sobre as situações que sinalizam perigo, disse: “mais de duas pessoas paradas na esquina de madrugada. Tão fazendo o quê lá? Boa coisa não é...” Fernanda trabalhava internamente, atendendo telefonemas, mas ainda assim achava seu serviço perigoso, só por estar numa base dentro da favela.

Alguns dias depois entrevistei um sargento, com 20 anos na instituição, e que havia trabalhado em vários batalhões. Nos últimos meses, contudo, trabalhava interno, na recepção da UPP. Vou chamá-lo de SGT Oliveira 1²⁹.

Sargento Oliveira 1 tinha 44 anos e morava na Baixada Fluminense. Havia passado pelo 2ª BPM, no bairro de Botafogo; pelo 14º BPM, Bangu; havia composto o extinto Grupamento Especial Tático Móvel (GETAM), grupamento criado na década de 2000 a fim de coibir os grupos de criminosos que transitavam pelas principais vias da cidade. Este Grupamento Tático era comumente conhecido como “papa bonde”. SGT Oliveira 1 também pertenceu ao extinto GPAE (Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais), trabalhou na UPP Pavão-Pavãozinho, UPP Caju, e por último estava na UPP Providência.

Oliveira 1 foi da Marinha do Brasil, e por isso disse que sempre foi “sensato e disciplinado”. Segundo ele, não teve muita dificuldade para adaptar-se à vida policial-militar. No entanto, disse que no início da carreira na PM foi aconselhado, pelos antigos, a ter cuidado com quem passaria a andar. Pois, segundo o conselho, muitos não seriam mais seus amigos. Evitava andar a pé, por causa da covardia: “o ganso, sabendo que eu era polícia, podia me emboscar... Hoje tenho câmera no meu portão, o que não tinha antigamente. Aprendi muitas estratégias de cautela: não paro para tomar cerveja perto de casa”, disse Oliveira 1.

Perguntei se andava armado. “É uma pegação, como se fosse o engenheiro sem a trena. Mas tô aprendendo a andar desarmado”, disse. Indaguei o porquê. “A dor de cabeça é grande... Você vai ter que reagir. Hoje em dia está mais brabo, a ‘pista tá salgada³⁰’, a desvantagem tá grande. Hoje os gansos vêm de ‘bico³¹’, o que antigamente era difícil de se ver”, disse o sargento.

Perguntei a Oliveira 1 que tipo de lugar ele achava perigoso, ele respondeu “todos”. Aí, logo após foi listando:

Os desertos, margeando favelas, Automóvel Clube (atual Avenida Martin Luther King, zona Norte da cidade, um dos locais com maiores

²⁹ Quando outro policial for citado de forma anônima, usarei o codinome “Oliveira 2”, e assim por diante.

³⁰ Refere-se, genericamente, ao risco de encontrar bandidos armados na rua. Particularmente, este encontro pode se dar de vários modos: no trânsito, num bar, numa padaria, numa farmácia, coincidentemente. Ou, nestes mesmos lugares, por conta de o policial ser reconhecido por um criminoso. Ou até mesmo ser seguido, disfarçadamente, pelo seu algoz que espera o melhor momento para a abordagem.

³¹ “Bico” significa fuzil, arma longa originalmente usada na guerra e com alto poder de fogo.

índices de *blitz* falsa³², que margeia favelas da Zona Norte do Rio), Rio do Pau (Avenida localizada no Bairro Pavuna, um lugar também com altos índices de roubo), Alcobaça (Avenida localizada em Guadalupe, outra região com altos índices de roubo), lugar desconhecido, e outros... (SGT Oliveira 1, entrevista concedida em março de 2017, na UPP Providência)

E se o lugar desconhecido for no Recreio (bairro carioca de classe média alta)? Perguntei. “Também é perigoso”, respondeu. Percebi nesta resposta que o medo de Oliveira 1 não tinha relação com o bairro em si, até porque o Recreio dos Bandeirantes é um bairro com baixos índices de criminalidade e muito policiado. O medo do sargento era pelo “desconhecido”. Ou seja, o local que este policial não conhecia, lhe era um local de temor.

Quando o questionei sobre o que ele considerava atitudes suspeitas, ele respondeu: “menores andando no meio da multidão de modo assustado, uma troca de olhar estranho. Tem que tá alerta! Se eu errar, vou errar pra mais, vou botear ele!” E continuou: “Dois caras novos com cortes estranhos e cabelos pintados dentro de um estabelecimento.” Contou-me que um dia estava numa *lan house*³³ quando entraram dois garotos com “cabelo de ganso e cara de ganso”. Logo assumiu postura defensiva e se preparou para uma possível reação. Ficou próximo a uma parede, com a mão próxima à arma, até que os garotos saíram do estabelecimento. Não havia nenhum intento delituoso neles.

A partir da entrevista com o próximo interlocutor, meu olhar sobre o objetivo inicial sofreu uma inflexão. Dali em diante minha metodologia mudou, já não fazia perguntas estruturadas. Elas eram, em certa medida, mais livres, acompanhavam o desenrolar do diálogo. Contudo, buscava conduzir a temática em torno da ideia dos medos que o policial sentia, e por que sentia estes medos. Introduzia as entrevistas, na maior parte das vezes, perguntando ao entrevistado quais medos eles tinham enquanto policial militar?

6. Colocando sob descrição os diversos temores: as lógicas, representações e manipulações do medo policial militar

³² Barreiras feitas por bandidos nas avenidas e pistas, a fim de roubarem carros e cometerem outros delitos.

³³ Casa de jogos.

6.1 O medo de “embuchar”: uma prática ilegal, mas que pode ser “legal” e comumente aceita. Até o dia que “dá ruim”...³⁴

Em uma das conversas, tendo como interlocutor um sargento que à época tinha 16 anos na PM – vou chamá-lo de SGT Oliveira 2 – perguntei de que ele tinha medo. Sua resposta foi um pouco confusa... Ele disse “tenho medo de embuchar e dar ruim”. “Embuchar” significa atribuir posse de entorpecente ou arma a uma pessoa que é abordada, quando na verdade não há flagrante algum. Embora esta prática seja ilegal, informal, e não protocolar, dentro do mundo das representações de moralidades do policial, “embuchar” pode ser uma ação “legal”.

Cabo Devaneio, meu amigo que também fazia pesquisa de campo, compartilhou comigo um relato que exemplifica bem como a dicotomia legal/ilegal, formal/informal sofre ressignificações, a depender dos valores e apropriações de determinados grupos ou culturas (PIRES, 2005). Segundo ele, em uma de suas interlocuções do campo, um policial lhe contou que, num determinado serviço, juntamente com outro policial, fizeram um “tróia”. Eles queriam “estourar a boca³⁵”:

Naquele dia, entrou geral de bonde na vila que os gansos vendiam a droga. Lá era cheio de quartinhos, muitos deles cheios de lixo e que não morava ninguém. Achar a droga e quem vendia era quase impossível. O cara que vendia ficava dentro de uma das casas, o usuário entrava na vila, comprava e metia o pé. Do lado de fora ficava “o visão”. Quando a gente apontava na rua, ele gritava e geral se escondia e escondia a droga. Entramos, ficamos escondidos e esperamos a boca formar.

Ficamos umas duas horas. Até que começamos a ouvir os comentários. Mas percebemos que eles estavam desconfiados que tinha polícia lá. Alguém mandou “o visão” vasculhar os quartinhos. O filho da puta veio logo no lugar que a gente tava escondido. Quando ele afastou a cortina que escondia a gente, ele tomou um pau e começou a gritar que tinha polícia lá. A gente já tinha uma carga com a gente, caso precisasse embuchar alguém. Pronto! Foi ele mesmo. Ele tava na sacanagem³⁶ mesmo, segurou a pica toda. Ficou agarrado³⁷ quase dois anos (Relato de um policial anônimo, colhido pelo CB Devaneio, em abril de 2017).

³⁴ Significa “dar errado”.

³⁵ Significa surpreender o lugar de venda de droga, prendendo os que vendem e o material ilícito.

³⁶ “Sacanagem”, no jargão policial, tem mais conotação de ilegalidade que sexual.

³⁷ “Ficar agarrado” significa ficar preso em penitenciária.

Desta forma, o “embuchar”, ainda que uma ação informal e ilegal, é interpretado por muitos policiais como uma atitude aceitável – e até posso dizer, justa – já que eles acreditam estarem punindo um mal que muitas vezes os meios convencionais não conseguem fazê-lo. Lenin Pires (2005), etnografando os vendedores ambulantes nos trens cariocas, percebeu fenômeno análogo entre estes trabalhadores, pois dentro destes espaços sociais a ideia de legalidade e ilegalidade não seguia a lógica estatal, mas atendia demandas reais em circulação entre ambulantes e passageiros.

Nesse sentido, é curioso perceber a ressignificação do informal/ilegal, produto do acionamento de moralidades e representações próprias de justiça, a fim de se racionalizar determinado modelo institucional de segurança e ordem públicas. Em outras palavras, ainda que uma ação seja ilegal para a lei, de acordo com uma ordem normativa legítima, há, paralelamente a esta, outra ordem. Esta, ilegítima, mas funcional, sobrepõe a primeira sem, necessariamente, lhe ser conflitante (MISSE, 2008).

Mas, para o SGT Oliveira 2, em algum momento o “embuchamento” deu errado... E esta atitude, ou lhe trouxe resultados negativos, ou lhe tinha marcado de alguma outra maneira. Logo em seguida, disse ter muito medo da “prisão e das consequências dela, tipo, a vergonha, a humilhação e a perda da família”. Para ele, era preferível a morte que a prisão: “a prisão iria me matar aos poucos...”, disse. Meses depois, revisando as anotações de campo, o perguntei: “sargento, por que aquele dia o senhor disse que tinha medo de ‘embuchar’? Já deu ruim pra o senhor algum dia?” Ele acenou com a cabeça, num sinal de sim, e disse “já”. Como conversávamos muito sobre várias coisas e tínhamos certa intimidade profissionais, achei estranho ele não ter explicado mais sobre o fato. Fiquei receoso de perguntar. A dúvida ficou.

6.2. No divã com o “Sina”: um “oito cinco uno” falando sobre medo

SGT Oliveira 3 era “Sina”. Ninguém tinha dúvida disso. Mas, durante a entrevista que fiz com ele, dentro do alojamento do “fiscal de dia³⁸”, muito coisa que Oliveira 3 disse me impressionou, pela lucidez reflexiva. “Sina” é a sigla de uma modalidade de limitação ao serviço policial, por problemas psíquico, a saber, “Serviço

³⁸ Policial responsável por fiscalizar o bom andamento do serviço da UPP. Às vezes acumula a função de despachante, aquele que controla a distribuição de viaturas para os policiais.

Interno Não Armado”. O profissional que, após passar por avaliação psicológica, e constatado alguma alteração psicoemocional, pode ficar afastado totalmente do serviço, em casa, ou afastado parcialmente, efetuando trabalhos internos, como fiscal de dia, por exemplo. Em ambas as situações ele não pode trabalhar armado. Daí a sigla “Sina”, que é pejorativamente usada para se referir ao policial nessa condição ou com histórico dessa patologia.

Outro termo equivalente à “Sina” é “851” (se diz oito cinco uno), uma referência ao antigo código 851 do Talão de Registro de Ocorrências (TRO), o código usado para classificar os atendimentos de ocorrência policial-militar envolvendo alienado mental. Por isso, se chama de “Sina” ou “oito cinco uno” o policial que tem problema psicológico ou aquele que é inconsequente durante o serviço. O referido sargento estava de fiscal de dia justamente porque tinha restrições junto à seção de psiquiatria. Mas eu sabia que ele era um policial experiente, pois havia passado por muitos batalhões, inclusive o Batalhão de Choque, uma unidade operacional da PMERJ.

Perguntei a Oliveira 3 se ele poderia me dar alguns minutos de atenção, a fim de lhe fazer algumas perguntas para meu trabalho de conclusão de curso. Ficou muito entusiasmado com o convite. Chamou-me para o seu alojamento, um quartinho de aproximadamente 15 m², onde tinha uma cama, uma mesinha com uma cadeira e uma televisão. Eu estava todo equipado: fuzil, pistola, joelheira, luva, etc., tinha acabado de chegar do patrulhamento e nem estava com meu caderninho de campo. Puxei uma folha de BOPM³⁹ do bernal tático, o que me serviu de caderno de campo improvisado.

O sargento puxou a cadeira para mim e disse “senta aí que eu vou deitar...” Ele se deitou na cama, cruzou as pernas, e começamos a conversar. “Pergunta aí!” Disse ele. “Pronto! Esse é 851 mesmo”, pensei. A cena me fez lembrar um paciente sendo atendido por um psiquiatra. Oliveira 3 poucas vezes olhava pra mim, a maioria do tempo olhava para o teto, como alguém que buscava inspiração do além para profetizar um oráculo.

“O que o medo representa pra o senhor?” Perguntei. E disse:

³⁹ Boletim de Ocorrência Policial Militar. É um documento próprio da PMERJ onde o policial registra todos os detalhes das ocorrências, como por exemplo, nome de vítima, testemunha, suspeito, locais e datas, histórico dos fatos, etc. Uma via é arquivada na instituição, outra fica com o policial, para eventuais consultas. Ele substituiu o extinto Talão de Registro de Ocorrências (TRO).

Ele tem que existir. A nossa tensão vai de 0 a 100 rápido! Nestes 20 anos de polícia eu adquiri a síndrome do pânico. Hoje tô baixado⁴⁰ e tô aqui quietinho no fiscal de dia. Mas, você fica explosivo, pavio curto, intolerante. Na guerra a gente mantém o autocontrole... mas, num instante normal, como em casa, por exemplo, a gente fica super nervoso, estressado. Muitos dos meus colegas matavam como refúgio (SGT Oliveira 3, entrevista concedida em março de 2017, na UPP Providência).

Oliveira 3 foi falando, falando, como quem precisava pôr um monte de coisas para fora. Indaguei a ele o porquê de muitos colegas dele matarem como refúgio. Ele disse que quando os colegas matam, voltam para casa aliviados. Perguntado o porquê, disse “que o mundo jaz no maligno⁴¹” e que tudo isso era construído pelo “dia-a-dia do medo”. Recentemente a essa conversa com Oliveira 3, havia acontecido a execução de dois homens armados, já feridos e rendidos, por policiais do 41º BPM, na favela de Acarí. O fato repercutiu grandemente na mídia. Perguntei-o se os policiais poderiam ter matado aqueles homens por conta da tensão do momento. Ele disse que:

Pra o cidadão, aquela ação foi desastrosa, mas a polícia precisa do cara inconsequente. O policial é usado... a polícia precisa deste tipo de PM desequilibrado pra estar na ponta. É uma troca velada, pois o cara que está nesse tipo de trabalho tem consciência das vantagens, É a valorização do passe...(SGT Oliveira 3, entrevista concedida em março de 2017, na UPP Providência).

A “valorização do passe” a que Oliveira 3 se referiu, diz respeito à repressão policial com intento negocial. Nela, quanto mais ameaçadora a potencial repressão, maior é o valor oferecido para que ela não aconteça. Segundo SGT Oliveira 3, antes de ir trabalhar no 9º BPM, um dos batalhões com maiores índices de letalidade, “não tinha efetuado nenhum auto de resistência”. E continuou. “Quando fui pra lá, tive 7 autos (autos de resistência) em 6 anos. Lá é uma área extremamente hostil. O comando (comandantes) tem o perfil de alguns pra fazer o convite pra estar neste meio, no meio da guerra. A gente é uma ferramenta”, disse.

6.3. Quando o medo da punição é mais forte que o medo da morte

⁴⁰ “Baixar” significa ficar sob restrição médica ou psicológica, e por isso não poder desenvolver o serviço policial-militar parcial ou totalmente.

⁴¹ Citação bíblica de 1 João cap. 5 vers. 19

Meu próximo interlocutor, Subtenente Oliveira 4, já tem quase 30 anos de polícia, e só vive falando que não vê a hora de ir embora para casa, ou seja, de se reformar⁴². Ultimamente, inclusive, não tem trabalhado na “pista”; isso, porque, segundo ele, “na pista a chance de dar merda é muito grande. E eu já tô indo embora pra casa (risos)”. Perguntei o que lhe causava medo. Respondeu: “A punição! Não é nem a morte. A morte é algo normal, faz parte da guerra. Tenho medo de penar na cadeia”. Embora, tenha dito que evitava andar por alguns lugares, quando de folga, pois poderia ser reconhecido por um “ganso”. Para ele, “dentro do combate a morte é normal, na folga, não.” Por várias vezes eu vi o Subtenente Oliveira 4 mostrar a grande cicatriz no abdômen, resultado de um disparo feito por um bandido durante uma tentativa de assalto, quando de folga. “Quase morri”, dizia ele.

Num outro momento, dentro da base da UPP, entrevistei três policiais ao mesmo tempo, todos eles com menos de 8 anos de serviço policial, e que nunca haviam trabalhado em batalhão, somente em UPP. Vou chamá-los de Soldado Silva 1, Cabo Silva 2 e Cabo Silva 3. É interessante ressaltar que nenhum deles manifestou temor pela punição disciplinar. Perguntados sobre o que os deixava com medo, SD Silva 1 respondeu “deixar a minha família desamparada”. CB Silva 2 respondeu “a judaria⁴³ do bandido, caso eu seja reconhecido”. Já CB Silva 3 disse ter medo de ser reconhecido por algum bandido fora do serviço e não estar armado.

Ao serem questionados sobre o elevado número de policiais mortos até então no Estado do Rio de Janeiro (que à época da entrevista chegavam próximos à casa dos 100), e qual seria a consequência que estas mortes poderiam causar na tropa, SD Silva 1 respondeu: “Fico muito feliz quando um ganso morre. Fico feliz que é menos um vagabundo”. Já CB Silva 2, disse que nunca mais viu a irmã, que mora no Complexo do Alemão (conjunto de favelas considerado o quartel general da facção Comando Vermelho, a mais antiga do Estado). “Eu fico muito neurótico com tanta precaução, quero ir embora da PM”, disse Silva 2. Já por sua vez, CB Silva 3 respondeu que não andava mais armado desde que um colega que trabalhava conosco morreu, numa tentativa de assalto, indo para o trabalho. “O cara era tranquilão e morreu”, disse.

⁴² Diz respeito à aposentadoria por tempo de serviço que, para o militar, geralmente se dá com 30anos de serviço.

⁴³ “Judaria” refere-se à ato covarde ou traiçoeiro. Faz referência ao discípulo traidor de Cristo, Judas Iscariotes.

Um interlocutor cujas narrativas me fizeram pensar sobre a relação extrema entre temor e punição que inquieta o policial militar, ao ponto deste ignorar até a iminência da morte, foi uma policial feminina. Vou chamá-la de SD Fernanda 2.

A entrevista com Fernanda 2 ocorreu numa UPP. Ela estava na PM há 5 anos, e disse ter trabalhado mais tempo na administração que na “pista”. Geralmente, a “Fem” na polícia militar desenvolve trabalhos administrativos, ou, quando muito, trabalha no que se chama “RP” (Rádio Patrulha)⁴⁴. O trabalho administrativo convencional de um Batalhão, ou de uma Unidade de Polícia Pacificadora, formalmente é dividido em “P1”, que é a seção de pessoal; “P2”, a seção de inteligência ou investigação; a “P3”, a equipe que organiza como o policiamento será distribuído, quais áreas serão policiadas e como isso será feito; a “P4”, que é a seção responsável pela intendência, compra de materiais, obras, etc.; e, por último, a “P5”, que é uma espécie de “relações públicas”.

Estes espaços são ocupados, em algumas unidades, por profissionais femininas ou por policiais com alguma restrição ao serviço de rua. Dificilmente se vê mulheres operando nos GTPPs. Pois, dado a natureza repressiva e de constante risco desta modalidade de serviço policial-militar, costuma-se ouvir que este serviço não é para mulheres: “Se tem balaria, quem vai primeiro é o GTPP!”. Porém, a despeito deste juízo ser compartilhado por muitos policiais masculinos que trabalham no Grupamento Tático, conheço algumas policiais femininas que desempenham esta função de risco com muita desenvoltura. Por outro lado, também conheço muitos agentes masculinos que “colam as placas” no calor do confronto armado, isto é, ficam sem reação e precisam ser retirados do local de conflito. Portanto, parece-me que tal distinção de gênero como critério para quem vai ou não trabalhar no GTPP não se justifica na empiria.

Embora SD Fernanda 2 tivesse trabalhado maior tempo na administração (usa-se o termo ADM), disse que gostava da “pista”. Perguntada sobre o que lhe causava medo, disse sem titubear e de pronto: “A própria Polícia! Covardias, punições como “MUG⁴⁵”, cobertura, etc.” Fernanda 2 se referia às atuais cobranças – que chamava de

⁴⁴ Modalidade de serviço em que dois policiais trabalham com uma viatura, atendendo as ocorrências corriqueiras, que não demandam maior operacionalidade. Nesses casos, quando é necessária maior força repressiva, o GTPP é acionado.

⁴⁵ “MUG” é como vulgarmente se chama a farda que se usa nos batalhões convencionais, de cor azul escuro. Alguns o usavam com manga longa, outros com manga curta. Os que usavam com manga longa alegavam que este modelo era mais operacional, mais apropriado para o “combate”, pois entravam em matas e muitas vezes tinham que rastejar no solo. Entretanto, havia uma determinação para o uso do

“cobranças babacas” – da então chefia da Corregedoria da PM, um coronel conhecido pela austeridade.

Ele, segundo informações, teria assumido o cargo de comandante corregedor a fim de moralizar a instituição. Inclusive, ouvi certa vez de um Oficial que trabalhava com este coronel, durante um curso que fiz na Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP), que ele “havia recebido a missão de colocar a tropa no eixo”. Na ocasião deste evento, os policiais reclamavam muito com este Oficial, que era um dos instrutores do curso, sobre as exigências consideradas “exageradas” do atual corregedor:

Tanta coisa pra o cara se preocupar: o polícia tá sem salário, não tem armamento, não tem munição, as UPPs estão caindo aos pedaços, já tem dois 13º atrasados (referindo-se ao 13º salário que o Estado não havia pagado aos policiais), e a corregedoria fica canetando os outros aí, dando DRD⁴⁶ pra geral. (Fala de um policial durante o Estágio de Iniciação Científica no CPP, durante o 2º semestre de 2017).

O mais interessante foi que o Oficial instrutor, por ter relações profissionais com o referido coronel, nos confidenciou que a intenção dele não era “punir ou prender de verdade ninguém.” Ele só iria mandar extrair o DRD para que houvesse um “choque de ordem na tropa, que tava muito largada”. Ou seja, ele sabia muito bem que não precisava punir para alcançar seu intento. A simples coação pelo medo dava conta de propósito.

A propósito, durante minhas entrevistas uma coisa me chamou a atenção nas falas. Era algo que eu sempre ouvia, mas nunca havia estranhado: sobre o quanto o policial militar tem medo do “DRD”. Minha inquietação se dava porque este documento se pretendia enquanto um mecanismo de defesa contra punições arbitrárias. Era uma maneira do policial de defender, se explicar, antes de ser punido. “No DRD se o cara quiser, o cara te enfia a pica”, ouve-se comumente. Quando o PM comete alguma transgressão disciplinar, ou é acusado de cometê-la, lhe é expedido um Documento de Razões e Defesa (DRD) que inicia a redação com a seguinte formalidade: “Deveis informar os motivos pelos quais...”. Nele o militar expõe o porquê do cometimento da infração, quais foram as circunstâncias, ou até mesmo se foi acusado injustamente, cabendo mostrar as provas. Desta forma, dependendo das explicações, o acusado pode

MUG manga curta, mas ninguém exigia o cumprimento da norma. Assim como não era costume a cobrança do uso da cobertura (boné, que faz parte do fardamento). Mas o coronel Wanderby queria “moralizar”, cobrando o previsto. Isso causou um colapso na tropa.

⁴⁶ DRD: Documento de Razões e Defesa.

ser absolvido ou punido. É recomendável não se “falar muito”. Escrever pouco, ser objetivo e claro é “o bizu dos antigões”.

É preciso, também, ter cuidado para que a resposta do DRD não tenha conotação “afrontosa”. Ela precisa demonstrar – digamos – certa subserviência, expressão de arrependimento, evocação (pelo acusado) dos seus bons antecedentes, deve haver conotação reverencial, assim como a expectativa de se alcançar uma espécie de graça não merecida. Expressões como: “Espera-se que este comandante leve em consideração os bons serviços prestados por este signatário, considerando que não houve dolo na falta cometida, etc.” é usado com frequência. E não poderia ser diferente. Afinal, segundo ouvi de um certo major muito temido pela tropa, “o regulamento sempre é de cima pra baixo”.

E mais: um dos questionamentos que se faz sobre a legalidade do Documento de Razões de Defesa é justamente sua natureza inquisitorial. Porquanto, em muitas ocasiões, o próprio oficial que observa a possível transgressão, é o mesmo quem determina a expedição do documento à administração, e ele mesmo julga a culpabilidade e determina a sentença. É impressionante notar como o policial vê este documento como a própria punição. Assim, respondê-lo, simplesmente, já representa um castigo. Talvez este medo se explique pelo fato do “DRD” ser o prenúncio de uma punição, cuja efetivação dependa, majoritariamente, da disposição de ânimo do julgador. Um modo implícito do superior hierárquico dizer ao subordinado: “Você está nas minhas mãos!” (VERÍSSIMO, 2009).

Sobre este lugar de quase inescapável erro, a “parte baixa” sobre a qual incide a aplicação do regulamento que vem “de cima”, me veio à memória uma conversa que tive com um Subtenente. Estávamos na escolta hospitalar de presos, que haviam sido feridos durante a prisão, no Hospital Municipal Salgado Filho, na Zona Norte do Rio. Por acaso nos encontramos no refeitório do hospital, durante o jantar. Quando cheguei ao refeitório, vi o “antigão⁴⁷” sentado à mesa: estava lá... aquela “enciclopédia policial”, vários anos de experiência, várias “ocorrências nas costas”; enfim, eu não poderia desperdiçar aquela oportunidade de interlocução. Mas, convenhamos, aquele momento era de refeição. Não poderia ser inconveniente com o subtenente. Fui sucinto. E ele também. Sentei-me à mesa e, após as cumprimentações preliminares, não demorei muito e fui direto ao assunto.

⁴⁷ Como o policial com menos tempo na polícia costuma chamar os com mais tempo.

“Antigão, do que o policial tem medo?” Perguntei, depois de meia dúzias de palavras trocadas. Ele, sem parar de levar o garfo à boca, respondeu:

“Da Administração Pública. O policial vive cercado por um regulamento que o oprime. Por isto ele faz tanta ‘merda’. Por exemplo... (deu mais uma garfada na comida e completou com a boca cheia) É muito mais fácil você cumprir dez regras que você cumprir mil. Se você tem mil, você vai tá ‘fudido’ mesmo, porque não vai poder ‘se safar’⁴⁸. Então, você acaba fazendo muita merda. Quem faz o policial errar é o regulamento. Ele fica ali... esperando você errar pra te punir.” (Entrevista concedida no Hospital Municipal Salgado Filho, setembro de 2017).

Voltemos à entrevista com a SD Fernanda 2.

Ela, conforme dito acima, trabalhou maior parte dos anos na ADM, mas teve algumas experiências trabalhando na rua, em “RP”. Perguntada quais mudanças percebeu em relação aos medos por ocasião da transição entre o trabalho na ADM e a atuação na rua, respondeu: “Alguns incidentes na pista mudaram minhas atitudes.”

Eu era muito dispersa... Num determinado dia, eu, mais uma “Fem”, mais dois policiais, estávamos passando na Avenida Brasil, altura de Costa Barros e aconteceu uma troca de tiros. Tudo começou quando a nossa VTR (viatura) se deparou com um “bonde” de gansos atravessando a via. Os dois policiais masculinos estavam no banco da frente e nós (as policiais femininas) no banco de trás. Ao avistarem os “gansos”, os colegas desembarcaram e começaram a trocar tiros com os caras. A gente que tava no banco de trás ficamos desesperadas, até porque as postas traseiras estavam com problemas e só abriam por fora. Uma deitou no colo da outra e só víamos as balas atravessarem os vidros. Foi uma pica!!! Num dado momento um colega que tava do lado de fora gritou que tinha sido ferido. Na hora eu pensei comigo: Pronto! Agora que eu estou presa (SD Fernanda 2, entrevista concedida em outubro de 2017, na UPP Camarista Méier).

O que ela me disse me intrigou, afinal eles estavam prestes a morrer, mas Fernanda 2 estava com medo de ser presa. De pronto, perguntei o porquê dela ter medo logo de ser presa, já que o momento era muito crítico e havia um colega baleado. Ela respondeu: “Estávamos arribados...” Aí eu entendi o medo da soldado. Ela, juntamente com os outros policiais, deveria estar baseada com a viatura em determinado local, até certa hora, mas haviam “arribado” do posto, isto é, abandonado o local de baseamento. Eles saíram do posto minutos antes da hora prevista, pois no trajeto de retorno ao batalhão enfrentariam engarrafamento. O medo de Fernanda 2 realmente era

⁴⁸ Equivale à se livrar.

compreensível, visto que “arribação”, além de ser motivo de prisão, pode culminar até mesmo na exclusão do policial.

6.4. “Se liga aí! Pode ser a DPJM⁴⁹”: A categoria “judaria interna” e suas representações

Por duas vezes fiz campo no 21º Batalhão de Polícia Militar (BPM), em São João de Meriti, na Baixada Fluminense. Uma das especificidades dos batalhões da Baixada é de serem reconhecidos pela violência, acentuados confrontos, altos índices de “auto de resistência” e agressividade operativa. “Baixada é outra parada!” Costumam dizer os policiais mais antigos. E os policiais mais novos reproduziam o brocardo, embora muitos destes nunca houvessem trabalhado na Baixada.

Lembro-me que no início das UPPs havia um anseio muito forte dos meus amigos em saírem das unidades pacificadoras e irem para estes Batalhões, bem como para o 9º BPM ou o 41ºBPM, Rocha Miranda e Irajá respectivamente. “Lá é balaria⁵⁰. Lá o polícia é polícia de verdade!” Era uma afirmação muito comum, e dita num tom saudosista. Na realidade, a naturalização e favoritismo institucional por um *ethos* agressivo, rústico e combativo, sempre foi a opção das Polícias Militares brasileiras, desde seu nascedouro, no início do século XIX, por ocasião da formação da então Guarda Real de Polícia:

O recrutamento dos seus homens era feito nas classes pobres, escolhidos pela fama de violência e brutalidade, uma espécie de requisito para o controle social do escravismo. Com disciplina militar e hierarquizada combatiam os inimigos do seu tempo com toque de recolher, castigos corporais realizado no patrulhamento e etc. Sua meta era reprimir, subjugar, infundir terror nos corações dos ociosos, vadios e escravos recalcitrantes, em nome da ordem imperial (BATISTA, 2014, p. 142).

Era, e é comum se ouvir, que o que segura o policial nas UPPs é a escala de serviço mais folgada e a gratificação de R\$ 700, paga pela Prefeitura do Rio. Ainda assim, conheci alguns amigos cuja ânsia por ser “polícia de verdade” venceu essas benesses. Durante alguns anos nas Unidades de Polícia Pacificadora uma das maiores

⁴⁹ Delegacia de Polícia Judiciária Militar.

⁵⁰ Refere-se ao confronto armado acirrado. Ao se dizer que “fulano” é “de bala”, ou “balaria”, denota que é experiente em confrontos armados. Tal status é cultivado e disputado na corporação.

reclamações era a “palhaçada” que, segundo alguns diziam, existia nessas unidades. “Aqui, se você dá um tiro, você responde DRD (isto é, ter de explicar o porquê do tiro, ou até mesmo ser punido pelo ato). Na Baixada, você mete bala e pronto!” Disse um policial. Outra reclamação muito recorrente era o fato de que não se podia agir com rispidez ou fazer uma “abordagem mais acalorada”, pois tudo era motivo de reclamações do morador junto ao comandante da UPP. “Aqui, tudo dá ruim...”, se dizia.

Quando visitei o 21ºBPM, a fim de fazer trabalho de campo, fui acompanhado por um amigo, oficial da PM, da minha turma de graduação. Nós, durante alguns momentos, íamos juntos aos batalhões, já que ele, na condição de oficial de polícia, tinha maior receptividade – e diga-se de passagem, maior facilidade – para que fossem disponibilizados os policiais para a entrevista. Vou chamá-lo de “Tenente Estrela”. Quando chegamos ao batalhão de São João, TEN Estrela procurou logo um colega seu de turma, oficial também, que trabalhava nesta unidade. Estrela me apresentou seu amigo, explicou nossa intenção ali, e pediu para que ele nos disponibilizasse o GAT⁵¹ (Grupo de Ações Táticas) para nossa entrevista. Queríamos perceber as impressões destes policiais para nossos trabalhos, Estrela com o tema dele, e eu falando sobre o medo.

O oficial, amigo de Estrela, olhou para o pátio e quem estava lá? O imponente, temido, guerreiro e invejado “GAT do 21”. Estavam reunidos, planejando a próxima incursão numa favela de São João de Meriti. Fomos até eles, o Oficial amigo do Estrela nos apresentou à equipe e pediu que eles nos dessem atenção. Quando que eu conseguiria isso? Quase impossível! Mas Estrela podia fazê-lo quando quisesse... E eu estava com Estrela.

Os policiais, a princípio, estavam muito apreensivos. Pois, embora eu fosse praça como eles, Estrela era oficial; portanto, as palavras tinham de ser comedidas. Aliás, meu amigo Estrela já havia me confidenciado o quanto ele tinha dificuldades de ouvir os praças em outras entrevistas que fizera para seu TCC. “Os caras ficam bolados comigo por que sou oficial, ficam acanhados de falar as paradas”, disse ele. Portanto, a minha presença ali, como praça, iria “equilibrar” a tensão. Estrela abria caminho para o acesso aos entrevistados, e eu abria caminho para que as falas fossem as mais espontâneas possíveis. “Deixa que eu quebro o gelo!”, dizia eu ao TEN Estrela.

⁵¹ O GAT, nos Batalhões, equivale ao GTPP nas UPPs.

A conversa com o “GAT do 21” se deu dentro do refeitório. Puxamos as cadeiras, eu e Estrela abrimos os caderninhos de campo, e eu iniciei o “quebra gelo”:

Camaradas, nós somos estudantes de Segurança Pública da UFF e estamos fazendo trabalho de campo pra nossa monografia. Eu estou estudando os medos do policial militar, meu amigo Estrela está estudando “o que é o policial bom de serviço”. Enfim... Primeiramente, queria que os amigos soubessem que embora o amigo aqui (o Estrela) seja oficial, eu sou cabo de polícia, praça como vocês, e nós estamos aqui na condição de pesquisadores. A gente tá na luta aí pra produzir uma parada científica, pra tentar mobilizar nossa instituição e nossos comandantes. A polícia precisa mudar, camaradas!” (Minha fala no início da entrevista, em setembro de 2017, no 21º BPM).

“É isso mesmo!” Reafirmou um sargento. A partir de então, senti os policiais mais tranquilos para a entrevista. Eram cinco praças, dois sargentos, dois cabos e um soldado. Vou chamá-los de SGT Oliveira 5, SGT Oliveira 6, CB Oliveira 7, CB Oliveira 8 e SD Oliveira 9.

Perguntei a eles: “Do que vocês têm medo? Quais são os seus fantasmas?” CB Oliveira 7 respondeu: “Cadeia! A covardia interna⁵²!”. Então vocês não têm medo da morte? Perguntei. “A gente tá na guerra mesmo... A gente mata, a gente morre”, respondeu SGT Oliveira 5. Percebi muito entusiasmo nas falas dos policiais. Por vezes, um tinha que interromper o outro para que falasse. O soldado interrompia o cabo; o cabo, ao sargento, numa total inobservância às formalidades da hierarquia militar. No GAT, geralmente, a hierarquia é afrouxada.

Eles mostraram-se muito indignados com o que chamavam de “sistema”, ao se referirem às rotinas e cobranças do dia-a-dia no batalhão. Reclamavam de alguns oficiais – nesse instante, ao fazer a crítica, um dos entrevistados disse ao TEN Estrela: “com licença aí, meu chefe, mas é verdade!” Disseram o quanto os oficiais do 21º BPM eram exigentes, cobrando “bobeiras”, como, por exemplo, cobertura, MUG manga longa, etc. SGT Oliveira 6 disse que durante todos os anos que trabalhou no 22º BPM, nunca usou cobertura, mas que agora, no 21º, teve que comprá-la.

Perguntei a eles – lembrando-me de outra entrevista há tempos atrás – sobre o papel do policial inconsequente para a PM. “A gente é maluco. Na nossa cabeça,

⁵² Equivale à “judaria interna”. Refere-se às punições e cobranças que, na visão dos policiais, não deveriam ocorrer por diversas razões; dentre as quais: o difícil e perigoso combate contra o tráfico de drogas, assim como o oportunismo de alguns superiores que ora pune, ora faz “vista grossa”, quando lhe convém as práticas ilícitas.

sempre vai dar bom. Se pensar, não faz nada”, disse Oliveira 5, o militar com mais tempo de serviço ali. Aproveitei e perguntei o que eles achavam da guerra travada com o tráfico. CB Oliveira 7 disse que “ninguém gosta da guerra, mas a vantagem da guerra é o espólio”. Disse, também, que a guerra trazia *status*.

Perguntados sobre a importância do GAT no batalhão, Oliveira 6 disse que “o critério para este tipo de trabalho é que alguém sabe que você vai fazer a maldade que tem que se fazer”. Questionados sobre as questões de regulamento e normas internas, sobre o que eles achavam disso, o SD Oliveira 9, na sua primeira e única participação na entrevista, disse: “Onde não tem guerra, tem o regulamento”. Com esta resposta este soldado queria dizer que os batalhões que primam por uma lógica de atuação mais aguerrida não se preocupam com a rigidez disciplinar.

Até então, dissimulando a resposta ou não, a maioria dos praças que eu havia entrevistado, disseram não ter medo da morte, mas sim da punição disciplinar, do regulamento, da “judaria interna⁵³”. Esta categoria, a “judaria interna”, me era familiar e, portanto, sabia o que ela significava. Mas, num exercício de estranhamento do familiar (VELHO, 1987), percebi representações que antes estavam imperceptíveis para mim.

Durante minhas entrevistas era comum se falar em “judaria interna”. Embora fosse uma categoria – no campo das representações – clara para o policial, descrevê-la, em seus diversos sentidos, não foi nada fácil. Tentarei fazê-lo. De modo geral, “judaria”, do ponto de vista dos meus interlocutores, significa uma ação covarde perpetrada pelo superior hierárquico (ou “mais antigo”) contra um subordinado (ou “mais moderno”). Ela pode ser caracterizada tanto pelo acionamento dos vários mecanismos de punição e intimidação que o regulamento militar proporciona, quanto por uma alteração na rotina do policial – a pretexto de “necessidade do serviço” ou “interesse institucional” – interpretada pelo militar como uma ação dolosa para o prejudicar.

A escala de serviço da PM é um bom exemplo para pensarmos este fenômeno. Isso, porque, o regime de escala da Polícia Militar sempre foi uma questão de disputa, conflitos, e muita reclamação entre a tropa: um terreno fértil para a “judaria”. Dizem que, diferentemente das outras instituições de Segurança Pública como a Polícia Civil e a SEAP, a escala de serviço na PM é diversa e impermanente. Em virtude disso, ela

⁵³ Idem.

passa compor um sistema de trocas, negociações e ameaças comum no serviço policial militar.

Segundo um interlocutor:

A escala na polícia é uma merda! Hoje você tá na 24 por 48⁵⁴, amanhã tá na 12 por 36⁵⁵, outro dia tá no 6 por 1⁵⁶, e assim vai... Aí, o amigo que faz uma segurança no padrinho⁵⁷ fica todo enrolado. Eles brincam com a gente! A gente não pode se programar pra nada: não pode fazer um curso, não pode ir pra um casamento, não pode nem marcar um passeio futuro com a família. A PM é pica! Por que não colocam uma escala fixa, 24 por 72, como na Civil ou no SEAP⁵⁸? Entra polícia ano após ano e nunca tem efetivo pra melhorar a escala! Cara, isso é essa sacanagem pra controlar a tropa. Você vai lá reclamar de alguma coisa, pronto! O cara te coloca no 6 por 1. Te empena todo. Tu vai reclamar? Nem eu! Por isso que essa merda não muda: nego vai reclamar dos seus direitos e é castigado. Outro dia aqui no batalhão um amigo que tava na escala 24 por 72 foi falar com o sargento que a viatura tava com a bateria ruim, e que não iria tirar do bolso pra consertar e se empenou. O Sargento falou com o Tenente e o cara foi parar num baseamento 6 por 1 de 15h às 22h.

Outra questão que também pode ser considerada “judaria interna” e, necessariamente, não passa pelo crivo das muitas regulamentações disciplinares, são as transferências entre batalhões, ou as mudanças entre as modalidades de serviço. Para um policial que trabalha numa unidade durante vários anos, tem os seus “padrinhos na pista”, conhece todos no Batalhão e está familiarizado com a área de policiamento, esta posição é muito confortável. Nestas circunstâncias, “ser bicado⁵⁹” ou “perder a condição do setor” pode ser uma das piores coisas para o policial. Tornar-se um desafeto para um superior, por conseguinte, não é nada auspicioso. O que é explicitado, em tom jocoso, pela anedota, em rodas de conversa: “Vai, dar mole! Vai ser bicado pra Varre - Sai ou Porciúncula, hen...”, numa referência à transferência do policial que trabalha na Região Metropolitana do Rio, para estes dois municípios do interior.

⁵⁴ 24h trabalhas (com direito a 6 horas de descanso, contando com hora de almoço e janta) por 72h de folga. Considerada como uma das melhores escalas da PMERJ, por isso super disputada pela tropa.

⁵⁵ 12h trabalhas por 36h de folga. Nesta escala, nas 12h de serviço o policial tem direito apenas a 1h para refeição.

⁵⁶ 6 dias trabalhados (7h por plantão) e 1 dia de folga.

⁵⁷ “Padrinho” refere-se geralmente ao comerciante que doa ou faz alguma benesse ao policial, seja uma refeição gratuita, seja o concerto sem custo de uma viatura, ou até mesmo o pagamento pela segurança privada.

⁵⁸ Secretaria de Administração Penitenciária.

⁵⁹ Significa “perder a condição”, deixar de estar num bom setor de policiamento, numa boa escala de serviço. Em certos casos, significa ser transferido para um batalhão indesejado.

Que a “judaria interna”, para o policial militar, se referia a uma ação covarde ou injusta daquele que tem o “poder da caneta”, eu já sabia. Mas, descobri outra representação desta categoria para a qual nunca havia atentado. Na conversa com o GAT do 21º BPM, criei um cenário fictício e perguntei a eles se aquilo era “judaria interna”:

Um policial do GAT, um cara de guerra, que troca tiro quase todos os serviços e gasta muita munição. Vamos supor que ele é plotado⁶⁰ pela corregedoria com um monte de munição de fuzil na mochila durante um plantão. Estas munições ele não tinha pegado na RUMB⁶¹, ele arrumou na sacanagem. Mas tava com ele, afinal, se acabasse as munições ali na hora da guerra da favela, ele teria muitas outras reservas. Que ele tá errado, ele tá... pois ele não pode ter munições fora do controle da RUMB, correto? Vamos supor que haja uma batida da DPJM. Ai ele explique pra corregedoria essa parada. Se, ainda assim a corregedoria empenar ele, isso é “judaria interna”?

SGT Oliveira 6, de pronto, disse: “Claro que é! A gente é polícia, cara. Isso é coisa de polícia. Se o cara tivesse na ‘sacanagem’, seria outra coisa; mas isso é coisa de polícia”, disse. Numa outra ocasião, fazendo campo em uma UPP, fiz a mesma pergunta para dois policiais, um soldado e um sargento. O soldado disse: “O ‘polícia’ não sabe que tá errado? Ele não sabe que não pode ter munição dentro do colete? Então não entendo que é judaria, não”. Já o sargento, este foi mais analítico...

Cara, presta atenção... O oficial que tá lá na DPJM, ele se formou na Academia e foi pra lá? Não! Ele sempre foi corregedor? Não! Ele foi da pista. Ele sabe como a pista é. Ele sabe que o ‘polícia’ que tá na rua tá com um pé na liberdade e outra no BEP⁶². Um tiro mal dado ali acaba com a liberdade do cara. O ‘polícia’ precisa se precaver, principalmente os amigos do GAT, do BOPE e os outros que tão na guerra ai. Por isso que eu acho que empenar o polícia é judaria sim.

A categoria “judaria” tem raiz no nome de um dos discípulos de Jesus Cristo, Judas Iscariotes, o traidor. Segundo o relato bíblico:

Chegada a tarde, assentou-se [Jesus] à mesa com os doze. Enquanto comiam, disse-lhes: Em verdade vos digo que um de vós me trairá. E eles, entristecendo-se muito, começaram um por um a perguntar-lhe: Por acaso sou eu, Senhor? Respondeu-lhe: O que mete comigo a mão no prato, esse me trairá. (Diálogo de Jesus, na Última Ceia, antes de

⁶⁰ “Plotar” significa flagrar.

⁶¹ Reserva Única de Material Bélico, local onde pegamos armas, munições, coletes, e armamento menos letal para o serviço. Tudo é controlado e registrado: quando o policial pega algo ele assina um livro; e quando devolve, também assina.

⁶² Batalhão Especial Prisional. Local onde os policiais militares ficam presos.

ser entregue por Judas aos soldados para ser crucificado. Livro de Mateus, cap. 26, vs. 20-23).

De acordo com a tradição cristã, Judas, embora escolhido por Jesus para compor seu grupo de doze seguidores, desfrutando de uma íntima relação com Cristo, o traiu por trinta moedas de prata, entregando-o para que fosse morto. Essa representação, que a figura de Judas empresta à categoria “judaria”, sugere que aquele que pratica a “judaria” trai um grupo de iguais, grupo que compartilha os mesmos valores e intimidades. Em se falando do contexto policial, seria alguém que, em tese, deveria comungar da mesma “ética policial”: um conjunto especial de regras e práticas que serve como fundamento para o exercício de uma interpretação autônoma da lei (KANT DE LIMA, 1995). Segundo o antropólogo Roberto Kant de Lima, “ética policial” é um conjunto de práticas que identificam a polícia e a instrumentalizam enquanto órgão executor do Sistema Judiciário e do Executivo. É a expressão de um corporativismo institucional, apoiado na legitimação tácita da opinião pública e da imprensa, que blinda e faz perpetuar certas práticas ilegais, porém aceitáveis – quando não desejadas – pelo senso comum.

A fala do policial descrita abaixo ilustra, adequadamente, a reciprocidade entre “ética policial” e certas demandas sociais na sociedade brasileira, principalmente as que dizem respeito ao modo de resolução de conflitos e a administração da criminalidade, no Brasil. Em outras palavras, revela que há certa representação coletiva sobre o que seria a “melhor maneira” de se resolver os problemas sociais relacionados à violência, que informam determinadas práticas policiais. E como resultado, numa circularidade, esta representação autoriza a referida ética; ao passo que a ética se perpetua, sob a égide dessas mesmas representações. Segue o relato:

Um dia eu estava patrulhando junto com um colega e nos deparamos com uma ocorrência. Um “ganso” tinha acabado de roubar um mercadinho em Campo Grande e a gente agarrou ele. O coitado do dono do mercado tinha sido “esculachado” pelo vagabundo. Acho que o ganso já tinha roubado lá outras vezes. O comerciante tava cheio de ódio. Perguntamos a ele: o senhor quer que a gente faça o que com ele? Ele disse: “dá um sumiço nesse filha da puta”. (Declaração de um sargento ao meu colega de campo, Devaneio, compartilhada comigo).

Perguntei ao cabo Devaneio qual foi a resposta do sargento à vítima. Devaneio disse que o sargento apenas expressou, inclinado a cabeça para o lado, arcando as

sobrancelhas, levantando os ombros e levemente os antebraços, sinalizando que cedeu ao pedido.

Voltemos ao campo no 21ª Batalhão. Logo após a entrevista com o GAT, eu e Estrela fomos procurar outro oficial amigo seu. Dele, perguntado sobre seu medo, recebi uma resposta que também me fez refletir. Quando eu e Estrela chegamos ao alojamento deste oficial, os dois se cumprimentaram, Estrela me apresentou a ele, disse sobre nossa pesquisa de campo e passou a palavra para mim. Logo de início, fiquei um pouco acanhado e preocupado em manter a etiqueta; afinal, ele era um oficial. Perguntei a ele: “Meu chefe, do que o senhor tem medo, enquanto policial?” Ele olhou para baixo, num lapso reflexivo, e respondeu “de ser emboscado na pista com minha família”. Daí, logo após lhe perguntei: “É da “judaria interna”, da punição dos superiores, o senhor não tem medo?” Suspendeu os lábios juntos, maneou a cabeça, e resmungou: “Não, tenho não...”

Após essa última entrevista, saímos andando pelo pátio do 21ºBPM, indecisos se iríamos ou não entrevistar mais alguém. Andando, percebemos o quanto os policiais que chegavam de viatura no batalhão, ou que estavam fazendo alguma coisa nas suas dependências, nos olhavam desconfiadamente. Nós éramos estranhos ali. Trabalhávamos em outra unidade. E mais: por estarmos sem farda, não poderíamos nos identificar como militares. Estávamos relativamente bem vestidos e caminhando juntos e lentamente no meio do imenso pátio do 21º: poderíamos ser dois majores, dois capitães, dois tenentes, ou simplesmente dois praças recém-chegados ao seu novo batalhão. Ou, bem pior: poderia ser a DPJM (até porque é característico desta unidade não usar farda).

A Delegacia de Polícia Judiciária (DPJM) é um órgão, juntamente com a Corregedoria, responsável por investigar os crimes e transgressões disciplinares praticados pelos policiais militares. Sua fama não é uma das melhores, dada a natureza correicional deste órgão, que é pejorativamente chamada de “DPJudaria⁶³”.

Vimos um grupo de policiais que conversavam em roda, no pátio, e nos aproximamos. Percebi quando alguns, ainda de longe, olharam para nossa direção. Quando chegamos até o grupo eu disse, brincando: “Calma, senhores! Não é DPJM não (risos)”. Eles riram, e disseram: “Sabe-se lá... Vocês estavam mandadão⁶⁴ andando pra

⁶³ Um fusão de “DPJM” com “judaria”

⁶⁴ Com má intenção.

lá e pra cá...”. Disse que poderiam ficar tranquilos, pois éramos policiais, estudantes de Segurança Pública, e gostaríamos de fazer algumas perguntas.

Ali estavam três sargentos. Um deles estava “baixado” e trabalhava internamente, na bomba de combustível, em razão de um tiro de fuzil que atingiu seu ombro. Perguntei a este do que tinha medo: “Da injustiça”, respondeu. E continuou: “Eu era kamikaze⁶⁵, era de guerra. Agora sou bananada (apontou para o ombro direito). Agora, tenho que dar minha vida pela minha família, por mais ninguém”. Em dado momento, se trouxe à discussão os casos de erros policiais, em que o PM mata um suspeito por engano. O mesmo sargento disse: “antigamente, um tapa resolvia as coisas. Agora, um tapa te escangalha todo. Sem contar que hoje você tem que calcular a ação... e é aí que você morre”. Dizia ele, referindo-se a frustração que sentia por não estar mais trabalhando na rua, e por não poder mais agir com a mesma truculência de antes, na resolução dos conflitos.

6.5. O medo de se entregar

Outra fala que me impressionou a ouvi durante a entrevista feita com um sargento do Batalhão de Operações Especiais Policiais (BOPE). Vou chamá-lo de SGT Caveira. Caveira tinha quase vinte anos na PM. Deste tempo, mais de dez trabalhando no BOPE, uma das tropas especiais mais técnicas e bem treinadas do mundo. SGT Caveira foi instrutor do curso mais completo deste batalhão especial, o curso do COESP, Curso de Operações Especiais Policiais. Perguntado sobre o que o medo representava para ele, Caveira disse: “Medo é um verbo que eu não conjugo”. Sua fala era serena. Durante nossa conversa, ele falava sobre ocorrências envolvendo mortes com muita naturalidade e frieza, como um eficiente “burocrata” (ARENDDT, 1999) cuja razão de ser consiste na sua identidade enquanto policial do BOPE, e no cumprimento fiel da missão: fazer e ser aquilo que se espera de um policial do BOPE.

O SGT Caveira usava no lado direito da farda preta, no peito, o brevê do COESP, uma “caveira”⁶⁶. Ele disse para mim que controlar o medo é uma habilidade.

⁶⁵ Pilotos japoneses e suicidas que, durante a Segunda Guerra mundial, lançavam-se com os aviões cheios de explosivos, sobre o inimigo.

⁶⁶ Todo policial do BOPE é comumente chamado de “caveira”. Mas, entre os pertencentes a este batalhão, somente é “caveira” os que têm o curso mais sofisticado daquela unidade, o COESP. O policial

Em nenhum momento ele disse que tinha medo da “judaria interna”, ou da “DPJudaria”, ou das punições disciplinares. Eu esperava que ele citasse estas questões, assim como a maioria dos outros entrevistados. Depois de muito esperar, não resisti. Perguntei a ele se não tinha problemas com as punições da disciplina militar. Limitou-se apenas a dizer que se preocupava com aqueles que usam a hierarquia militar para “pegar os outros no coturno sujo”, numa referência às punições por coisas insignificantes.

Contudo, um medo revelado pelo SGT Caveira, diferente de todos, me chamou a atenção. Durante a entrevista, num dado momento, perguntado mais uma vez se realmente não sentia mesmo medo de morrer, Caveira disse que sua esposa e mãe eram cristãs, e que ele estava se esforçando para sair da “sacanagem⁶⁷”, e errar menos. Neste instante, Caveira revelou-me que tinha um medo. “Tenho medo de me entregar...”, disse.

Fiquei intrigado com resposta do sargento. Perguntei o que seria “se entregar”. Ele disse que tinha medo de se entregar para Deus: “Tenho medo de me entregar para Deus e não conseguir fazer o que eu tenho que fazer”, disse. Parece-me que se referia ao receio que tinha de fazer “morrer” um ser moral; alguém que, ao mesmo tempo em que é pai, marido e um crente em Deus, tem uma relação incestuosa com uma instituição que, não raro, o arrebatava abruptamente das relações e valores sociais.

7. Conclusão

Este trabalho mostrou o “medo” como uma categoria polissêmica, que não apenas se diversifica em razão das distintas culturas; mas, também, que assume significados diversos num mesmo contexto, como o da Polícia Militar do Rio de Janeiro, por exemplo. E esta multiplicidade de sentidos de uma mesma categoria – dentro de uma instituição militar, portanto com pretensões uniformizantes – encontra dificuldades de interpretação apenas pela via da objetividade científica. Sendo assim, é preciso etnografar: arte de se situar, de interagir, de dialogar, ouvir, observar e escrever. Haja vista que o discurso científico não dá conta do inconsciente, do que não se diz com

com este curso recebe um brevê de metal com um crânio sobre duas garruchas cruzadas, e atravessado por um punhal.

⁶⁷ Aqui “sacanagem” tem conotação sexual.

a palavra. Para esse propósito, são os desejos e as histórias quem dirão algo (BATISTA, 2014).

O medo da punição disciplinar, da prisão e da conseqüente humilhação que esta última representa perante amigos e parentes, faz do policial militar um profissional extremamente temeroso em agir. Afinal, “tudo pode dar ruim”. Mas não só isso. Também faz com que o PM viva o assombro do espectro da “imprevisibilidade previsível” (LENIN, 2005) de se “estar na mão” do superior hierárquico constantemente. E assim é, pois, quando este policial erra, conforme mostrou Veríssimo (2009), dentro do seu imaginário ele se coloca numa posição de vulnerabilidade, de livre conveniência e oportunismo punitivista diante do superior, numa espécie de lugar de fragilidade moral.

Por conseqüência, esta condição de fragilidade não poucas vezes é reproduzida pelo policial, durante a abordagem do estereotipado “ganso”. Pois, numa eventual revista de alguém que tem “cara de ganso”, “tá no lugar errado” e “com certeza tá na sacanagem”, a culpabilização é fator facultativo, a despeito de não haver efetivo erro. Tendo em vista que, assim como o mecanismo do “coturno sujo” – na relação do “mais antigo” com o “mais moderno”, o mecanismo do “embuchamento” – na relação do policial com o “ganso”, são meios eficazes de “imputação da culpa”. Ambos os mecanismos, por conseqüência, tornam-se meios de reafirmação da hierarquia, da desvantagem moral e simbólica, bem como da sujeição de um corpo sobre o outro corpo, pela sentença: “Sim, você tá errado!”

Neste exato momento, numa retrospectiva, esse mesmo PM que incrimina aquele que não errou, se vê como que num espelho e reconhece sua identidade e seu drama, no “ganso” cujo ingrato destino era ser julgado e punido injustamente. Uma vez que, assim como na relação policial/“ganso” existem métodos para se incriminar um inocente, viabilizando com isso a negociação da prisão, na Polícia Militar as relações superior/subordinado podem acionam as mesmas lógicas de conveniência da culpa, com fins negociais.

Sendo assim, esta etnografia me mostrou que a iminente aparição deste fantasma, a punição, põe o policial militar num beco sem saída, onde sua sina é errar. Ou, na pior das hipóteses, ainda certo, “estar errado”. Ele não pode fugir disso. E tal dilema se reafirma na fala comum da caserna, quando se diz que “na polícia, o certo é o errado, e o errado é o certo” (VERÍSSIMO, 2009, p. 196). Logo, esta dubiedade,

conforme observado no campo, causa uma frustração policial, dada a impossibilidade da correção, o que faz com que o policial militar, naturalmente, incorpore a identidade errante de seu estigma (KANT DE LIMA, 1995), como numa profecia que se auto cumpre (GOFFMAN, 1978).

7. Referências

ARENDDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém, um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BATISTA, Vera Malaguti. O medo na cidade do Rio de Janeiro, dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. Medo Líquido. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BECKER, Howard. Outsiders. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

BORGES, Doriam. O medo do crime na cidade do rio de janeiro, uma análise sob a perspectiva das crenças de perigo. Curitiba: Editora Appris, 2011.

COELHO, Maria Cláudia; REZENDE, Cláudia Barcellos. Antropologia das emoções. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

DECRETOS ESTADUAIS. Decreto nº 6579 de 05 de março de 1983. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/532ff819a4c39de50325681f0061559e/85d7a32b4f996d5903256c230061d4c6?OpenDocument>>. Acesso em: 7 dez. 2017.

FELIPPE, Donaldo J. Dicionário Jurídico de Bolso. 17ª ed. São Paulo: Millennium Editora. 2005, p. 171

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GRECO, Rogério. Atividade Policial: Aspectos penais, processuais penais, administrativos e constitucionais. Rio de Janeiro: editora Impetus, 2011.

HOLLOWAY, Thomas H., Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

KANT DE LIMA, Roberto. A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro. Seus dilemas e paradoxos. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995.

_____. Ensaio de Antropologia e de Direito. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2011.

LE BRETON, David. As paixões ordinárias – Antropologia das emoções. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

MALINOWSKI, Bronislaw. A vida sexual dos selvagens. Rio de Janeiro: editora Francisco Alves, 1982.

MISSE, Michel. Sobre a Construção Social do Crime no Brasil: esboços de uma interpretação. In: Michel Misse. (Org.) Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Renavan, 2005.

MUNIZ, Jaqueline de Oliveira. Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado (Ciência Política)-INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISA DO RIO DE JANEIRO-IUPERJ, Rio de Janeiro, 1999.

PIRES, Lenin. Esculhamba, mas não esculacha! Um relato sobre os usos dos trens urbanos da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, enfatizando as práticas de comerciantes ambulantes e conflitos existentes entre estes e outros atores, naquele espaço social. Dissertação de Mestrado (Antropologia)-UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói, 2005.

PRITCHARD, Evans. Os Nuer. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

SILVA, Robson Rodrigues da. Entre a caserna e a rua: o dilema do “pato”. Rio de Janeiro: Eduff, 2011.

VELHO, Gilberto, Individualismo e cultura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1987.

VERÍSSIMO, Marcos. O medo de errar e o ethos da Polícia Militar do Rio de Janeiro. In: PIRES, Lenin; EILBAUM, Lucia (Org.). Políticas públicas de segurança e práticas policiais no Brasil. Niterói: EdUFF, 2009.